



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Exportações Portuguesas de Serviços
Caracterização, Evolução e Estudo Empírico

Natacha Alexandra Santos de Oliveira Tomaz

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia Monetária e Financeira

Orientador:
Doutor João Leão, Professor Auxiliar
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2012

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais, ao meu irmão e ao meu marido pelo incentivo que me deram para investir num nível de formação superior e por todo o apoio que me transmitiram sem o qual não teria sido possível realizar a especialização académica que culmina com a presente dissertação.

Não posso deixar de agradecer à minha entidade patronal, a Caixa Geral de Depósitos que decidiu investir na minha formação financiando a minha frequência no Mestrado de Economia Monetária e Financeira do ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa e proporcionando assim o aperfeiçoamento do cumprimento das funções técnicas que me estão atribuídas.

Devo agradecer ao ISCTE-IUL a oportunidade de frequentar este Mestrado e aos docentes de todas as cadeiras que frequentei por leccionar temáticas que se revestem de elevado interesse para a área em que trabalho contribuindo assim para o meu melhor desempenho profissional.

Finalmente agradeço ao Doutor João Leão por ter aceitado orientar-me neste desafio de estudar o sector exportador de serviços português.

Resumo

Os serviços são, intrinsecamente, menos transaccionáveis do que os bens pelo que quando se fala na importância das exportações para a economia portuguesa dá-se habitualmente maior relevo aos bens em detrimento dos serviços. No entanto, o peso do sector de serviços nas exportações tem vindo a aumentar consideravelmente e a relevância das exportações de serviços para o crescimento da economia portuguesa é cada vez mais significativa. Em geral, os serviços são intangíveis o que significa que a sua produção e consumo ocorrem simultaneamente, originando um contacto entre o produtor e o consumidor, pelo que é frequente que um dos dois se desloque para que a exportação se realize. O presente estudo tem dois objectivos, sendo o primeiro a caracterização do sector exportador de serviços português por tipos de serviços e por mercados de destino e o segundo identificar factores que possam ter contribuído para o crescimento das exportações portuguesas de serviços que se tem vindo a registar nos últimos anos. O estudo empírico é realizado com base num modelo econométrico de dados de painel. De uma forma geral, os resultados obtidos indicam que as exportações de bens, o investimento directo português no estrangeiro, a língua portuguesa e língua inglesa e ainda o país ser membro da UE influenciam positivamente o crescimento das exportações portuguesas de serviços, enquanto o efeito da distância geográfica é de sentido inverso.

Palavras-chave: comércio internacional, exportações, serviços, dados de painel

Classificação JEL: F14 L8 N7

Abstract

Services are intrinsically less tradable than goods so when the importance of exports for the Portuguese economy is mentioned usually emphasis is given on goods rather than services. However, the weight of the services sector in exports has increased considerably and the relevance of services exports for the growth of Portuguese economy is increasingly significant. Generally services are intangible and therefore its production and consumption occur simultaneously requiring a contact between the producer and the consumer which means that one of the two has to move for the export to take place.

The present study has two objectives, the first being the characterization of Portuguese services exports considering types of services and destination markets and the second to identify factors that may have contributed to the growth that these exports have shown in recent years. The empirical study is based on an econometric panel data model. In general, the results indicate that exports of goods, the Portuguese direct investment abroad, Portuguese and English and also the EU membership positively influence the growth of Portuguese exports of services, while geographic distance has a negative effect.

Keywords: international trade, exports, services, panel data

JEL Classification System: F14 L8 N7

Índice

INTRODUÇÃO	1
1. Caracterização das exportações portuguesas de serviços e sua evolução entre 1996 e 2011	9
1.1. Relevância das exportações de serviços nas exportações totais e no PIB nacional ..	9
1.2. Tipos de serviços exportados por Portugal	12
Viagens e turismo	13
Serviços de transporte	13
Outros serviços	14
1.3. Especialização relativa das exportações portuguesas de serviços.....	20
1.4. Destinos das exportações portuguesas de serviços.....	23
Exportações portuguesas de serviços para a UE.....	24
Exportações portuguesas de serviços para fora da UE.....	26
2. Estudo empírico das exportações portuguesas de serviços.....	29
Modelo econométrico	32
Resultados	34
CONCLUSÃO.....	37
FONTES.....	41
BIBLIOGRAFIA	43

Índice de Quadros

Quadro 1.1 – Índice de Balassa por tipo de serviços entre 2000 e 2011	22
Quadro 1.2 – Mercados de destino das exportações portuguesas de serviços em 1996 e 2011	23
Quadro 2.1 – Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por língua mais conhecida.....	31
Quadro 2.2 – Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna por tipo de conhecimento da língua	31
Quadro 2.3 – Resultados da estimação	34

Índice de Figuras

Figura 1.1 – Peso das exportações totais e das exportações de serviços no PIB português entre 1996 e 2011	10
Figura 1.2 – Evolução do peso relativo das exportações de serviços nas exportações totais entre 1996 e 2011	10
Figura 1.3 – Evolução do PIB e das exportações de bens e serviços entre 1996 e 2011	11
Figura 1.4 – Evolução das taxas de crescimento anuais do PIB e das exportações de bens e serviços entre 1997 e 2011	11
Figura 1.5 – Distribuição das exportações de serviços por viagens e turismo, serviços de transporte e outros serviços entre 1996 e 2011	13
Figura 1.6 – Evolução dos recebimentos provenientes de serviços de transportes entre 1996 e 2011, por tipo de transporte	14
Figura 1.7 – Evolução dos recebimentos provenientes de serviços de construção entre 1996 e 2011	15
Figura 1.8 – Evolução dos recebimentos provenientes de serviços jurídicos, contabilidade, consultadoria em gestão e relações públicas entre 1996 e 2011	16
Figura 1.9 – Evolução dos recebimentos provenientes de serviços de comunicação entre 1996 e 2011	16
Figura 1.10 – Evolução dos recebimentos provenientes de serviços de informação e informática entre 1996 e 2011	17
Figura 1.11 – Evolução dos recebimentos provenientes de serviços com quota inferior a 1% do total de serviços exportados entre 1996 e 2011	19
Figura 1.12 – Peso relativo dos seguros de mercadorias nos seguros totais	19
Figura 1.13 – Índice de Balassa para exportações portuguesas de serviços entre 1996 e 2011	21
Figura 1.14 – Índice de Balassa para viagens e turismo, serviços de transporte e outros serviços entre 1996 e 2011	21
Figura 1.15 – Evolução dos quatro principais destinos das exportações portuguesas de serviços na União Europeia entre 1996 e 2011	24
Figura 1.16 – Evolução das exportações portuguesas de serviços para seis dos países dos alargamentos da UE entre 1996 e 2011	25
Figura 1.17 – Evolução das exportações portuguesas de serviços para os restantes seis dos países dos alargamentos da UE entre 1996 e 2011	26
Figura 1.18 – Evolução dos principais destinos das exportações portuguesas de serviços fora da União Europeia entre 1996 e 2011	27
Figura 1.19 – Exportações portuguesas de serviços para diferentes mercados em 1996 e 2011	28
Figura 2.1 – Principais destinos das exportações portuguesas de serviços em 2011	30

Glossário de siglas

CEPII - Centre d'Études Prospectives et d'Informations Internationales

CIA - Central Intelligence Agency

EA - Efeitos Aleatórios

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

GATS - General Agreement on Trade in Services

IB - Índice de Balassa

IDPE – Investimento Directo de Portugal no Estrangeiro

INE - Instituto Nacional de Estatística

MQO - Mínimos Quadrados Ordinários

MQG - Mínimos Quadrados Generalizados

OMC - Organização Mundial do Comércio

PALOP - Países de Língua Oficial Portuguesa

PIB - Produto Interno Bruto

UE - União Europeia

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

INTRODUÇÃO

O aumento das exportações portuguesas tornou-se um desígnio nacional sobretudo desde o reconhecimento da dimensão do impacto da crise económica e financeira mundial dos últimos anos na economia nacional. É clara a importância de uma aposta no sector transaccionável para elevar o crescimento económico de Portugal dada a contracção do consumo e investimento internos.

Os serviços são, intrinsecamente, menos transaccionáveis do que os bens pelo que quando se fala na importância das exportações na economia portuguesa dá-se habitualmente maior relevo aos bens em detrimento dos serviços. No entanto, o peso do sector dos serviços nas exportações tem vindo a aumentar consideravelmente e a relevância das exportações de serviços para o crescimento da economia portuguesa é cada vez mais significativa.

O comércio internacional de serviços diferencia-se do comércio internacional de bens em virtude das características intrínsecas dos serviços.¹ De uma forma geral, os serviços são intangíveis e só são armazenáveis quando são incorporados numa mercadoria. Isto que significa que a sua produção e consumo ocorrem simultaneamente, originando um contacto entre o produtor e o consumidor do serviço, pelo que é frequente que um dos dois se desloque para que a exportação se realize. Por exemplo, no caso do sector de viagens e turismo é o consumidor que se desloca ao país do produtor enquanto no caso dos serviços de transporte e de construção ocorre a deslocação dos factores de produção (capital e trabalho).

O comércio internacional de serviços expandiu-se verdadeiramente, a nível mundial, a partir da década de 80 com a liberalização da regulamentação do sector e o extraordinário desenvolvimento que ocorreu ao nível das tecnologias de informação e comunicação (Amador e Cabral, 2009). Por um lado, o avanço tecnológico possibilitou que muitos serviços se tornassem transaccionáveis (Welsum e Reif, 2006) contribuindo para reduzir a distância entre o produtor e o consumidor de serviços, o que beneficiou maioritariamente os países mais desenvolvidos, com economias já bastante terciarizadas. O progresso tecnológico permitiu o desenvolvimento de um conjunto de serviços que pode ser fornecido à distância, por exemplo, em formato digital, através da internet, embora Gonzales, Jensen, Kim e Nordas (2012) admitam a possibilidade de este tipo de comércio não estar tão disseminado internacionalmente quanto seria de esperar, uma vez que a comunicação, que desempenha um papel determinante nestes serviços, é muitas vezes impossibilitada devido à barreira linguística. Por outro lado, a abertura dos mercados foi essencial para impulsionar o comércio internacional em geral mas, particularmente, no caso dos serviços, existem ainda fortes barreiras causadas sobretudo pela regulamentação interna dos países. Contudo, continua a assistir-se a um forte interesse por uma

¹ Amador e Cabral (2009) abordam as especificidades dos serviços ressaltando as principais diferenças face aos bens e ainda as suas implicações em termos de definição, medição e interpretação de dados e informação no seio do comércio internacional.

crescente liberalização internacional do sector por força do aumento da procura de serviços pelas empresas, da própria complementaridade existente entre o comércio de bens e de serviços e do crescimento das empresas multinacionais, tendo em conta a continuação do progresso tecnológico e a desregulamentação já encetada por alguns países em diversos sectores de serviços (Bénassy-Quéré, Schweltnus e Ünal, 2006).

A importância que o sector de serviços assumiu no comércio internacional ditou que, em Abril de 1994, o Acto Final resultante da ronda de Uruguai no qual se determinou a criação da OMC contemplasse, entre uma série de acordos referentes ao comércio internacional, o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços² (GATS), com o objectivo de estimular este tipo de comércio internacional e assim contribuir para o desenvolvimento da economia mundial. Neste acordo, cuja implementação ficou a cargo da OMC, foi estabelecido um sistema multilateral de comércio de serviços no qual são definidos diversos princípios e regras orientadas para a liberalização do comércio e investimento neste sector, ficando cada Estado-Membro da OMC vinculado a tomar medidas legislativas no sentido da prossecução dessa maior liberalização.

O GATS define que a prestação de serviços a nível internacional pode assumir quatro modos³:

1. Prestação de serviços transfronteiriça, em que os fornecedores de serviços não residentes num país prestam serviços no território desse país (ex.: TV por satélite, chamadas telefónicas internacionais);
2. Consumo no exterior, em que os residentes de um país se deslocam a outro país para adquirir serviços no seu território (ex.: turismo);
3. Presença comercial, que se traduz na localização de fornecedores de serviços estrangeiros no território de um país, na forma de pessoas colectivas (por exemplo, através de uma sucursal ou subsidiária, prática habitual no sector bancário);
4. Deslocação física de pessoas, que se refere à entrada e estadia temporária no território de um país de indivíduos estrangeiros a fim de fornecerem um serviço (ex.: projectos de construção, consultores).

Quando os países se comprometem a permitir o livre acesso ao mercado através dos modos acima descritos ficam inibidos de tomar medidas que limitem o número de fornecedores de serviços, o valor total das transacções de serviços, o número de operações de serviços e a produção total de serviços, o número total de pessoas que podem trabalhar num determinado sector de serviços e a participação de capital estrangeiro e ficam ainda impossibilitados de restringir o tipo de entidade legal ou joint-venture através do qual um fornecedor de serviços se estabelece⁴.

² O GATS engloba o comércio de todos os serviços, excepto os serviços prestados no exercício da autoridade governamental, os direitos de tráfego aéreo e os serviços relacionados com estes direitos.

³ GATS, Parte I, Artigo I, Ponto 2.

⁴ GATS, Parte III, Artigo XVI, Ponto 2.

Após a subscrição do GATS foram estabelecidas rondas negociais periódicas tendo a primeira sido realizada pela OMC em Doha em 2001 com o desenvolvimento como tema central. Na sequência destas negociações foi estabelecida a Doha Development Agenda (DDA) que evidencia a necessidade de uma maior liberalização no comércio internacional, no sentido de se atender aos interesses dos países em desenvolvimento quando estes estão no papel de exportadores. Neste contexto, a questão da mobilidade do factor trabalho surge como de grande relevância nas negociações de Doha e nas etapas negociais subsequentes. Isto porque se, por um lado, os países em desenvolvimento olham para a mobilidade dos seus trabalhadores para outros países como uma forma concreta de exportação de fornecedores de serviços, por outro lado, os países desenvolvidos com tecidos empresariais cada vez mais globalizados necessitam de movimentar mais trabalhadores essencialmente por períodos limitados de tempo mas com alguma frequência e para os mais diversos destinos. No entanto, esta questão não se cinge a uma divergência entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Particularmente no sector dos serviços, no caso dos trabalhadores qualificados e especializados há uma procura crescente quer em países desenvolvidos quer em países em desenvolvimento o que leva a que, em ambos os grupos, sejam estabelecidos programas específicos facilitadores da mobilidade dos trabalhadores de determinados tipos de serviços como, por exemplo, da área de tecnologias de informação e comunicação que continua a registar uma evolução extraordinária (OCDE, 2003).

No âmbito da União Europeia, a Comissão Europeia publicou em 2006 a Directiva de Serviços⁵ com o propósito de aplicar os princípios do mercado único ao sector dos serviços e assim reduzir a sua rigidez potenciando o crescimento económico e o emprego na região. Bruijn, Kox e Lejour (2006) estudaram o impacto da aplicação desta directiva no comércio de serviços⁶, entre os países da UE e concluíram que, no médio-longo prazo, é possível alcançar benefícios resultantes da homogeneização da regulamentação do sector. Demonstram que é possível alcançar um aumento do comércio bilateral de serviços entre 30% a 62% e do investimento directo estrangeiro no sector de serviços entre 18% e 36%. Num estudo anterior Kox e Lejour (2005) já tinham concluído que o efeito de heterogeneidade regulamentar no comércio internacional de serviços é negativo⁷.

A problemática da regulamentação interna dos países como barreira ao comércio internacional de serviços evidencia a forte complexidade do sector e corrobora a sua especificidade face ao comércio internacional de bens. No que diz respeito ao comércio internacional, os serviços são mais afectados do que os bens pelos obstáculos de âmbito regulamentar devido à sua natureza e intangibilidade. (Kox, Lejour e Montizaan, 2004). Assim, o comércio internacional de serviços depara-se com barreiras naturais como a distância geográfica e as diferenças linguísticas e culturais entre os países,

⁵ Directiva 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno [Jornal Oficial L 376 de 27.12.2006].

⁶ Os autores analisam os “commercial services” que, de acordo com a definição da OMC, não incluem os serviços governamentais (WTO International Trade Statistics 2011, p. 191).

⁷ Os resultados derivam de um modelo gravitacional aplicado a países da UE.

mas são sobretudo as discrepâncias ao nível regulamentar que tornam bastante mais difícil atingir uma maior liberalização neste sector face ao que acontece no caso dos bens, em que a regulação do comércio internacional assenta sobretudo em barreiras tarifárias e as diferenças linguísticas e culturais não são tão relevantes.

A intensificação do comércio mundial de serviços também se registou em Portugal onde se tem vindo a evidenciar um importante crescimento das exportações de serviços desde 1996, que é mais acentuado a partir de meados dos anos 2000. Apesar de também se registar um importante aumento das exportações de bens no mesmo período, este é menos expressivo.

O desempenho recente das exportações portuguesas de serviços comprova-se empiricamente ao nível do seu crescente contributo quer para as exportações totais quer para o PIB nacional como se irá demonstrar neste estudo. Este desempenho contribuiu positivamente para o aumento do grau de abertura da economia portuguesa, sobretudo entre 2003 e 2008 (Sarmiento e Reis, 2011).

Catarino e Claro (2009) realçam ainda que Portugal tem evidenciado uma maior competitividade externa no sector de serviços que se confirma pela tendência crescente da quota de mercado das exportações portuguesas de serviços e pela tendência contrária verificada nas importações.

Por sua vez, Júlio e Alves (2011) concluem “que o comércio em serviços é um instrumento útil para a redução de desequilíbrios na balança comercial portuguesa”.

No presente estudo, as exportações de serviços traduzem os fluxos a crédito registados na rubrica serviços das estatísticas da balança de pagamentos apuradas pelo Banco de Portugal e correspondem a recebimentos relativos a transacções associadas à prestação de serviços entre residentes e não residentes. Por sua vez a rubrica bens é estimada com base em informação do INE. A informação sobre os mercados de destino das exportações de serviços e os fluxos de investimento bruto directo de Portugal no estrangeiro provêm igualmente das estatísticas da balança de pagamentos do Banco de Portugal. Na caracterização sectorial são estudados os 11 sectores de serviços⁸ definidos pelo Banco de Portugal para apuramento da balança de pagamentos. Destacam-se oportunamente apenas três grandes grupos, viagens e turismo, serviços de transporte e outros serviços.

Para avaliar a existência de vantagens comparativas nos tipos de serviços exportados por Portugal, através do cálculo do Índice de Balassa (1965), recorre-se aos dados disponibilizados pela United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) sobre exportações de serviços mundiais.

Para além da caracterização das exportações de serviços por tipo de serviço, incluindo a identificação de vantagens comparativas e por mercados de destino entre 1996 e 2011, o presente estudo tem ainda como objectivo identificar factores que contribuam para o crescimento das exportações portuguesas de serviços que se tem registado nos últimos anos e analisar o seu contributo. Tendo presente que a abertura dos mercados e o desenvolvimento tecnológico determinaram o forte

⁸ Viagens e turismo, serviços de transporte, serviços de construção, serviços de comunicação, serviços de informação e de informática, serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa, serviços financeiros, seguros, direitos de utilização, operações governamentais e outros serviços fornecidos por empresas.

crescimento do comércio internacional de serviços, sobretudo nas décadas de 80 e 90, procura-se investigar diferentes factores que possam ter impulsionado o crescimento das exportações portuguesas de serviços a partir da segunda metade dos anos 2000. Embora as questões de regulamentação interna dos países contrariem ainda uma maior liberalização neste domínio o presente estudo vai acomodar outro tipo de barreiras como a distância geográfica e as diferenças linguísticas. Trata-se de avaliar de que forma factores como as exportações portuguesas de bens e o investimento directo de Portugal no estrangeiro poderão ter contribuído para a evolução das exportações portuguesas de serviços, considerando ainda o efeito da proximidade geográfica, da integração europeia e do factor linguístico e tendo em conta a dimensão das economias dos mercados de destino.

Para este efeito utilizam-se ainda os dados da World Economic Outlook Database (Abril 2012) do FMI sobre o PIB, em dólares americanos para os mercados de destino. A taxa de câmbio utilizada na conversão dos valores para euros foi a taxa média anual que resulta da média das taxas de câmbio diárias disponibilizadas pelo FMI. A análise referente à distância de Portugal a cada mercado, em km, baseou-se nos dados do CEPIL (GeoDist database) enquanto na abordagem à questão linguística recorre-se ao resultado obtido no Inquérito à Educação e Formação de Adultos realizado pelo INE em 2007 e à informação do CIA World Factbook sobre as línguas oficiais dos países.

Africano e Magalhães (2005) definem três modelos econométricos assentes em extensões do modelo gravitacional para estudar a relação entre comércio e investimento directo estrangeiro na economia portuguesa (complementares e/ou substitutos). Este modelo parte da premissa de que o comércio entre dois países cresce com o seu rendimento e diminui com a distância entre eles. Numa pesquisa posterior Magalhães e Africano (2007) voltam a analisar o mesmo tema mas aplicando o modelo gravitacional a dados de painel. No entanto, em ambas as análises apenas são considerados o comércio português de bens e o stock de investimento enquanto o presente estudo incide especificamente sobre o sector de serviços e tem em conta não só os fluxos de investimento directo português no estrangeiro mas também o efeito das exportações de bens nas exportações de serviços. A análise assenta na estimação de um modelo econométrico de regressão linear múltipla que decorre de uma extensão do modelo gravitacional que é amplamente utilizado em estudos sobre relações no comércio internacional, como fizeram, por exemplo, Kox, Lejour e Montizaan (2004) na sua investigação sobre a liberdade de circulação dos serviços na UE.

Importa realçar que os sectores de bens e de serviços não são afectados da mesma forma pelo mesmo factor especialmente no que respeita ao comércio internacional. Por exemplo, as diferenças linguísticas surgem como uma barreira mais forte ao comércio internacional de serviços face ao comércio internacional de bens (Bénassy-Quéré, Schwellnus e Ünal, 2006) tendo em conta a relevância que a comunicação assume no sector de serviços. Este facto faz com que, na presente investigação, sejam introduzidas no modelo variáveis relacionadas com o factor linguístico.

Assim, o objectivo da análise é perceber se as exportações portuguesas de bens e o investimento directo de Portugal no estrangeiro podem favorecer as exportações portuguesas de serviços, tendo em conta a dimensão de cada uma das economias e ainda se a proximidade geográfica, ter uma fronteira comum, ser membro da União Europeia e, por fim, a proximidade linguística poderão ter efeito no desempenho das exportações portuguesas de serviços.

O painel a analisar consiste nos dados de cinquenta e cinco mercados de destino das exportações de serviços registados ao longo de cinco anos, de 2007 a 2011. As observações são referentes ao conjunto de países que se encontravam disponíveis no Banco de Portugal quando este estudo se iniciou⁹.

A análise contém duas regressões para o mesmo modelo mas em que são usados valores distintos no que respeita ao IDPE. Na primeira os valores referem-se ao fluxo de IDPE do ano respectivo enquanto, na segunda, está representado o fluxo médio de IDPE dos quatro anos anteriores.

A estimação de ambas as regressões foi realizada através de dois métodos distintos, primeiro pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) e depois pelo método dos mínimos quadrados generalizados (MQG) devido à consideração da possibilidade de existirem efeitos aleatórios (EA) individuais nos países. A opção pela estimação com efeitos aleatórios nos países em detrimento de efeitos fixos tem a ver com a natureza das variáveis que determinam a proximidade geográfica e o factor linguístico nas quais não se poderiam verificar efeitos fixos, pelo que seria improvável que a hipótese de efeitos fixos individuais nos países revelasse aderência.

Os resultados expectáveis da estimação são, em primeiro lugar, coeficientes positivos em todas as variáveis excepto no caso da distância em que se espera um sinal ser negativo mas, tanto na primeira como na segunda regressão, nem todos foram confirmados.

As excepções foram as variáveis fronteira e língua espanhola que apresentaram sinal negativo. Contudo, estas variáveis a par da língua francesa não apresentaram estimadores significantes.

Por sua vez, a distância apresenta-se, de facto, como uma barreira às exportações de serviços, enquanto a integração europeia e as línguas portuguesa e inglesa revelaram contributos positivos para o desempenho das exportações de serviços.

O método de MQG altera estes resultados, uma vez que o coeficiente estimado para o IDPE perde significância não se podendo concluir que o fluxo de IDPE (anual e médio) tenha impacto nas exportações de serviços. No entanto conclui-se que considerar efeitos aleatórios individuais nos países não é a forma mais adequada para estimar as regressões definidas.

⁹ 26 Países da UE, África do Sul, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Austrália, Brasil, Cabo Verde, Canadá, China, Coreia do Sul, Egipto, EUA, Guiné-Bissau, Índia, Islândia, Japão, Marrocos, México, Moçambique, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Rússia, São Tomé e Príncipe, Suíça, Turquia, Ucrânia e Venezuela.

Na primeira secção do trabalho apresenta-se uma caracterização das exportações portuguesas de serviços por tipo de serviços e mercados de destino considerando a sua evolução desde 1996 até 2011 e evidenciando o aumento da sua importância no volume de exportações totais e no crescimento económico do país. Além disso, procura-se identificar a existência de vantagens comparativas neste sector, com recurso ao índice de Balassa.

Na segunda secção investiga-se se as exportações portuguesas de bens e o investimento directo português no estrangeiro podem ter contribuído para a evolução das exportações portuguesas de serviços considerando ainda o efeito da proximidade geográfica, da integração europeia e do factor linguístico e tendo em conta a dimensão de cada uma das economias. A análise é feita através da estimação de regressões lineares múltiplas recorrendo a um painel de dados de cinquenta e cinco mercados de destino das exportações portuguesas de serviços observados ao longo de cinco anos, de 2007 a 2011, com base nas estatísticas da balança de pagamentos do Banco de Portugal.

Na terceira e última secção do trabalho apresentam-se as conclusões da análise realizada.

1. Caracterização das exportações portuguesas de serviços e sua evolução entre 1996 e 2011

Na primeira parte deste estudo procura-se caracterizar as exportações portuguesas de serviços tendo em conta os tipos de serviços exportados e os principais destinos dessas exportações e evidenciando o aumento da sua importância nas exportações totais e no crescimento económico do país. Além disso, pretende-se ainda identificar em que tipo de serviços Portugal apresenta uma vantagem comparativa, com recurso ao índice de Balassa.

Neste estudo as exportações de serviços traduzem os fluxos a crédito registados na rubrica serviços das estatísticas da balança de pagamentos apuradas pelo Banco de Portugal e correspondem a recebimentos relativos a transacções associadas à prestação de serviços entre residentes e não residentes.

No entanto, conforme explicitam Amador e Cabral (2009) referindo-se aos modos de prestação de serviços descritos pelo GATS:

(...) o comércio de serviços na Balança de Pagamentos abrange em termos gerais os modos 1 e 2, uma parcela significativa do modo 4 e uma pequena parte do modo 3. Globalmente, o comércio português de serviços estará subestimando quando medido através das transacções de serviços incluídas na Balança de Pagamentos.

Júlio e Alves (2011) argumentam igualmente que:

No entanto, o valor apresentado para as exportações de serviços deverá estar subavaliado. As empresas industriais juntam frequentemente às suas exportações de bens, a venda de serviços que lhe estão associados mas que apenas se concretizam após a realização das vendas. Estes serviços pós-venda podem ser registados como exportações do bem a que estão associados, já que a negociação de contratos e das condições de pagamento é feita em conjunto, não sendo fácil distinguir os pagamentos que lhe estão associados.

1.1. Relevância das exportações de serviços nas exportações totais e no PIB nacional

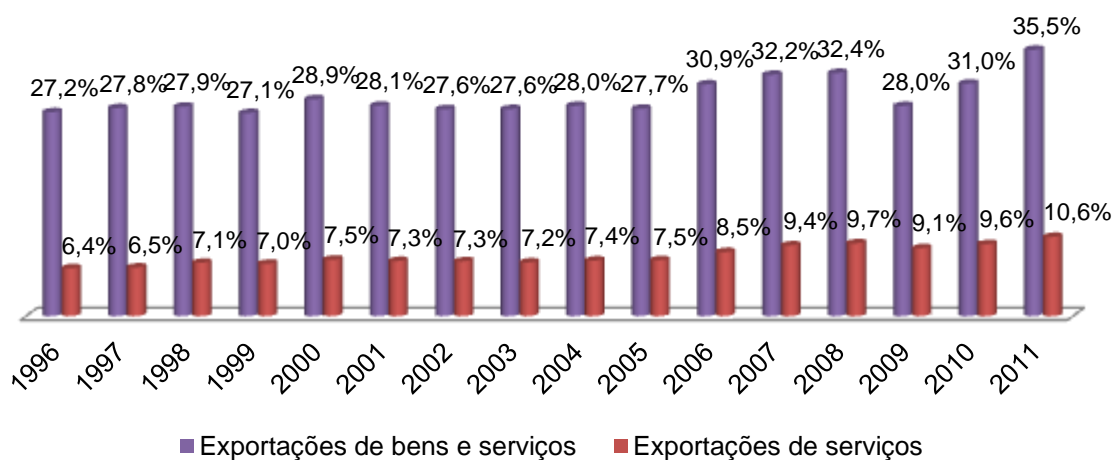
Os serviços são, intrinsecamente, menos transaccionáveis do que os bens. Apesar disso, o peso do sector dos serviços nas exportações tem vindo a aumentar consideravelmente e a relevância das exportações de serviços para o crescimento da economia portuguesa é cada vez mais significativa.

Neste contexto, podemos observar, na Figura 1.1, o crescente contributo das exportações totais e de serviços para o PIB nacional tendo como base as contas nacionais anuais a preços correntes do Banco de Portugal.

Constata-se que, entre 1996 e 2005, as exportações representavam menos de 30% do PIB nacional. Entre 2006 e 2008 ultrapassaram os 30% e é de realçar a expressividade alcançada em 2011 em as exportações atingiram 35,5% do PIB. O ano de 2009 foi um ano de crise acentuada a nível mundial em que se assistiu a uma queda generalizada do consumo e o peso das exportações no PIB diminuiu para 28%, tendo recuperado para 31% no ano seguinte.

Por sua vez, entre 1996 e 2005, o peso das exportações de serviços não foi além de 7,5%, mas, a partir de 2006, a sua importância foi crescendo rapidamente e, em 2011, supera mesmo os 10% do PIB.

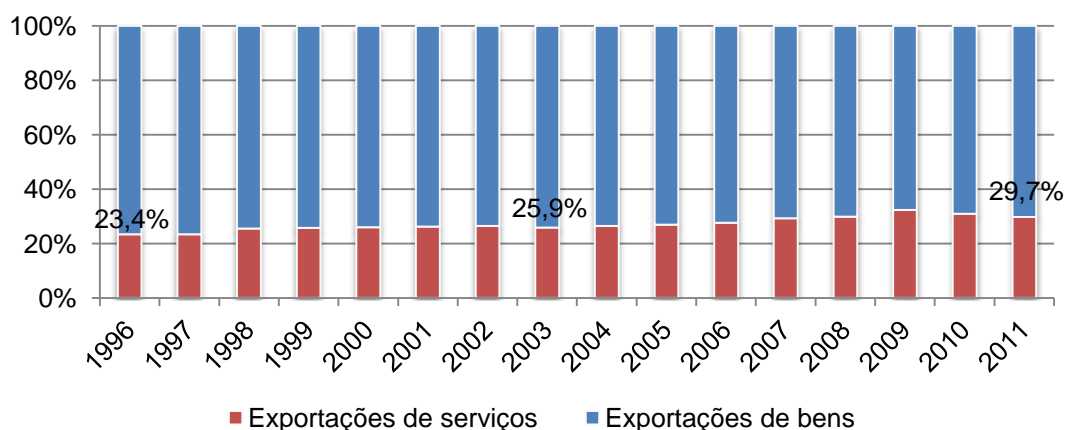
Figura 1.1 – Peso das exportações totais e das exportações de serviços no PIB português entre 1996 e 2011



Fonte: Banco de Portugal

Verifica-se ainda, na Figura 1.2, que as exportações de serviços têm vindo aumentar a sua importância nas exportações totais em detrimento das exportações de bens. Enquanto em 1996 representavam 23,4% do total, em 2011 representam praticamente 30%.

Figura 1.2 – Evolução do peso relativo das exportações de serviços nas exportações totais entre 1996 e 2011

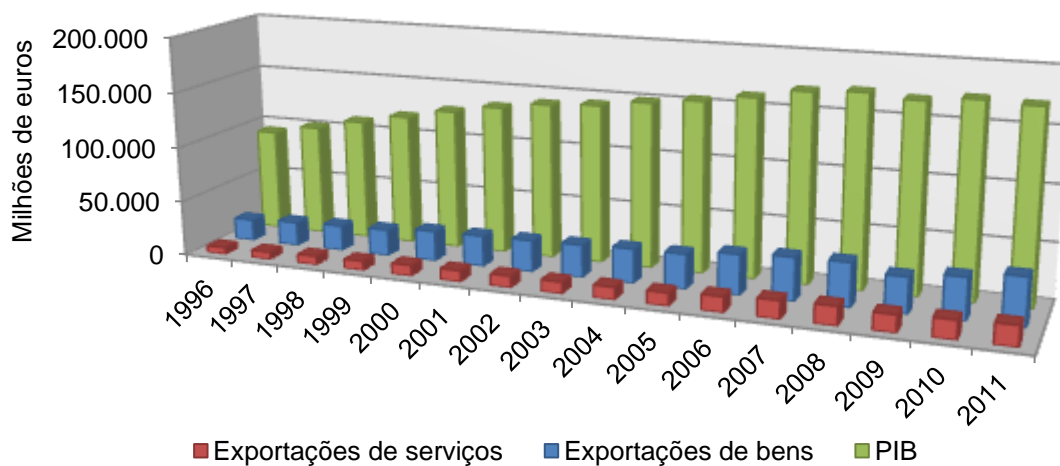


Fonte: Banco de Portugal

Refira-se, no entanto, que em 2009, devido à crise mundial assistiu-se à retração do consumo em particular de bens duradouros, favorecendo assim um aumento do peso das exportações de serviços em detrimento das de bens pelo que, enquanto as exportações de bens tiveram uma queda superior a 18%, as exportações de serviços diminuíram cerca de 8,5%. Este desempenho resultou num decréscimo de cerca de 15% das exportações totais que viram assim reduzido o seu contributo para o PIB, enquanto as exportações de serviços aumentaram o seu peso no total de exportações atingindo 32,3%, o maior valor registado no período em análise.

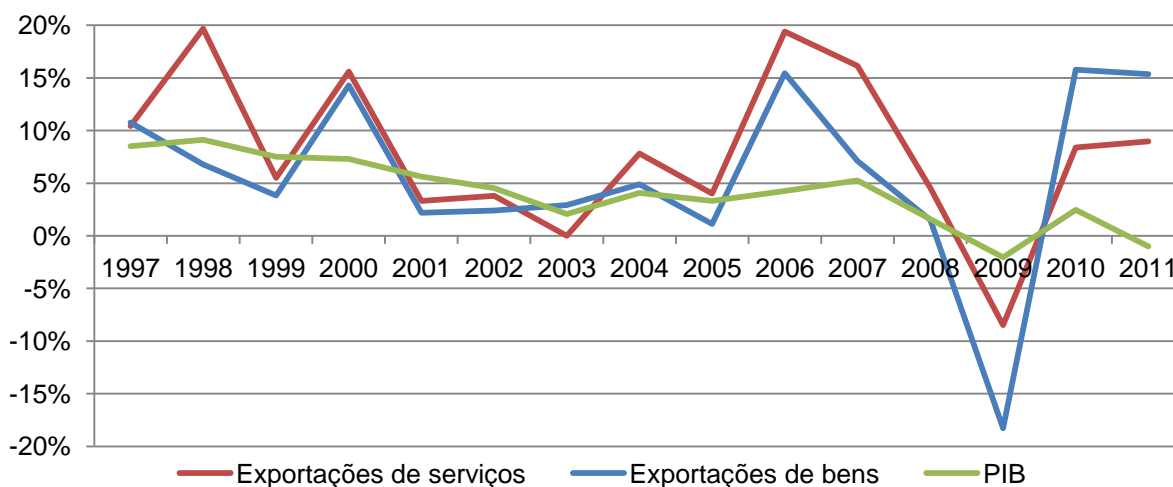
A Figura 1.3 espelha a evolução do PIB e das exportações de bens e serviços desde 1996 até 2011 e a Figura 1.4 mostra a evolução das respectivas taxas de crescimento anuais entre 1997 e 2011.

Figura 1.3 – Evolução do PIB e das exportações de bens e serviços entre 1996 e 2011



Fonte: Banco de Portugal

Figura 1.4 – Evolução das taxas de crescimento anuais do PIB e das exportações de bens e serviços entre 1997 e 2011



Fonte: Banco de Portugal

É possível observar que, entre 1996 e 2011, as exportações de serviços triplicaram passando de cerca de € 6 mil milhões, em 1996, para € 18 mil milhões, em 2011. No mesmo período, as exportações de bens também registaram um aumento significativo embora menor (cerca de 120%), passando de cerca de 19,5 mil milhões para 42,7 mil milhões.

Em termos anuais constata-se que o desempenho das exportações de serviços só não foi superior ao das exportações de bens em 1997, 2003, 2010 e 2011. Com efeito, em 1997 o crescimento foi semelhante (10,42% e 10,76%, respectivamente) mas, em 2006, enquanto as exportações de bens aumentaram 2,92% as exportações de serviços registaram uma redução pouco significativa (0,01%). Nos últimos dois anos, 2010 e 2011, o crescimento das exportações de bens foi mais significativo do que o das exportações de serviços. No entanto, em todos os outros anos considerados registou-se o inverso e se se considerar os anos de 1998, 2005, 2007 e 2008 o ritmo de crescimento das exportações de serviços foi mais do que duas vezes superior ao das exportações de bens.

A continuação do aumento da expressão das exportações portuguesas de serviços traz um efeito benéfico para a economia nacional sobretudo numa conjuntura de crise económica em que quer o consumo quer o investimento estão em forte contracção. E assim, expectável que esta tendência se continue a revelar depois de 2011.

Por isso, é importante, por um lado, caracterizar os tipos de serviços que são exportados evidenciando a sua contribuição para o total das exportações de serviços e identificando vantagens comparativas e, por outro lado, perceber quais os destinos mais importantes destas exportações ao longo do período em análise, o que se irá abordar nos próximos pontos deste estudo.

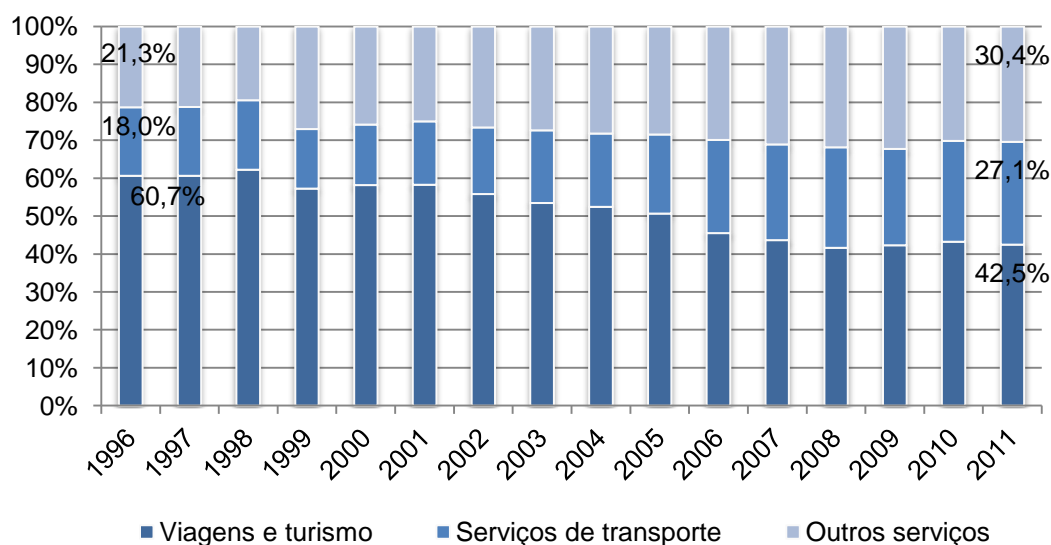
1.2. Tipos de serviços exportados por Portugal

A análise por tipos de serviços baseia-se nas estatísticas da balança de pagamentos disponibilizadas pelo Banco de Portugal.

Pode dizer-se que a análise do tipo de serviços que Portugal exporta é reveladora da variedade de competências técnicas e profissionais existentes no nosso país que permitem desenvolver uma considerável oferta de serviços nacionais reconhecida além-fronteiras o que contribui para tornar o sector mais transaccionável.

Considerando a existência de três grandes grupos de serviços exportados por Portugal, verifica-se, na Figura 1.5, a importância do sector de viagens e turismo com 42,5% do total, em 2011, enquanto os serviços de transporte e os outros serviços representam, no mesmo ano, 27,1% e 30,4%, respectivamente. No entanto, desde 1998, que as viagens e turismo têm vindo a perder importância para os restantes serviços.

Figura 1.5 – Distribuição das exportações de serviços por viagens e turismo, serviços de transporte e outros serviços entre 1996 e 2011



Fonte: Banco de Portugal

Viagens e turismo

Face aos restantes tipos de serviços, o sector viagens e turismo apresenta características específicas uma vez que se traduz em consumo no exterior (segundo modo definido pelo GATS), em que os residentes de um país se deslocam a outro país para adquirir serviços no seu território.

As viagens e turismo são claramente o sector mais importante no valor total de exportações.

No período em análise, os recebimentos resultantes de transacções com não residentes em operações relacionadas com viagens e turismo (excepto das passagens) registaram um crescimento de 120,95% totalizando € 8,1 mil milhões em 2011.

No entanto, como se verifica pela observação da Figura 1.5, este sector tem vindo a perder importância relativa no valor total das exportações portuguesas de serviços. Em 1996, 1997 e 1998 representava mais de 60% do total mas, a partir de 1999 começou a verificar-se um decréscimo da sua importância, representando já menos de metade do total, em 2011.

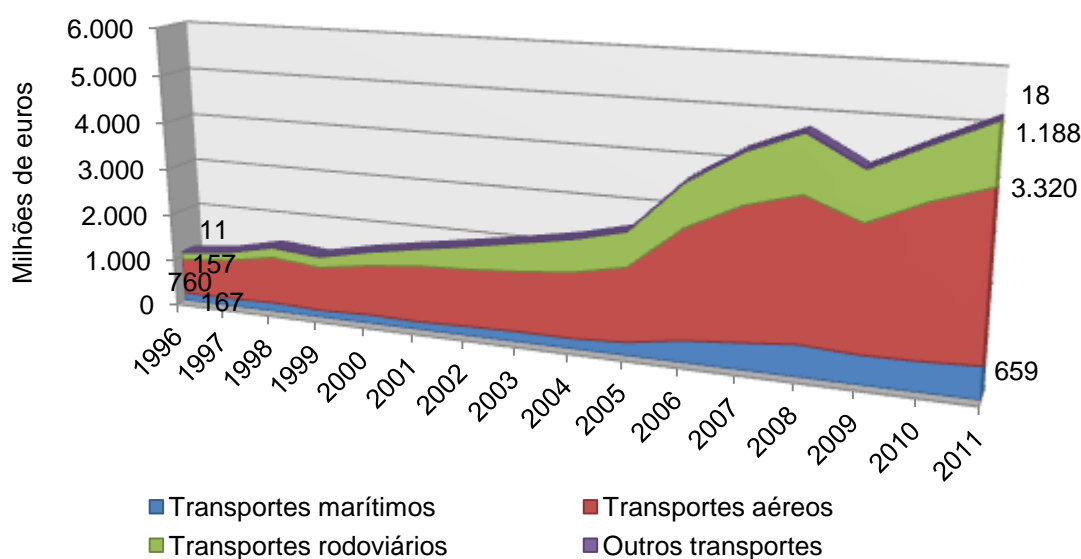
Serviços de transporte

O segundo sector mais importante é o de transportes que, ao longo dos anos considerados, mais do que triplicou o seu valor atingindo, em 2011, cerca de € 5,2 mil milhões e representando assim 27,1% do total enquanto, em 1996, representava apenas 18,0%.

Nesta rubrica incluem-se os recebimentos relativos a quatro tipos de serviços de transporte: por mar (transportes marítimos), por ar (transportes aéreos), por vias rodoviárias (transportes rodoviários) e todos os serviços de transporte não fornecidos por mar, ar ou através de vias rodoviárias (outros transportes), onde se incluirão, por exemplo, os ferroviários.

A Figura 1.6 revela que todos os tipos de transporte analisados cresceram bastante, no período em análise, destacando-se os transportes rodoviários que, com uma subida de 655,45%, passaram de terceiro para segundo tipo de serviços de transporte com maior peso no total dos recebimentos provenientes destes serviços (22,9%). Os transportes rodoviários totalizaram € 1,2 mil milhões e ultrapassaram assim os transportes marítimos que, em 1996, eram os segundos mais expressivos sendo relegados para o terceiro lugar, em 2011 somando € 659 milhões (12,7%).

Figura 1.6 – Evolução dos recebimentos provenientes de serviços de transportes entre 1996 e 2011, por tipo de transporte



Fonte: Banco de Portugal

Embora tenham perdido cerca de 5% do seu peso relativo, os transportes aéreos mantêm-se destacados como o tipo de serviços de transporte mais representativo subindo de € 760 milhões para mais de € 3,3 mil milhões, em 2011, que correspondem a cerca de 64% do total de recebimentos dos serviços de transportes.

Apesar dos recebimentos provenientes de outros transportes também terem aumentado 56,61%, entre 1996 e 2011, perderam importância relativa nos recebimentos totais (de 1,02% para 0,34%).

Outros serviços

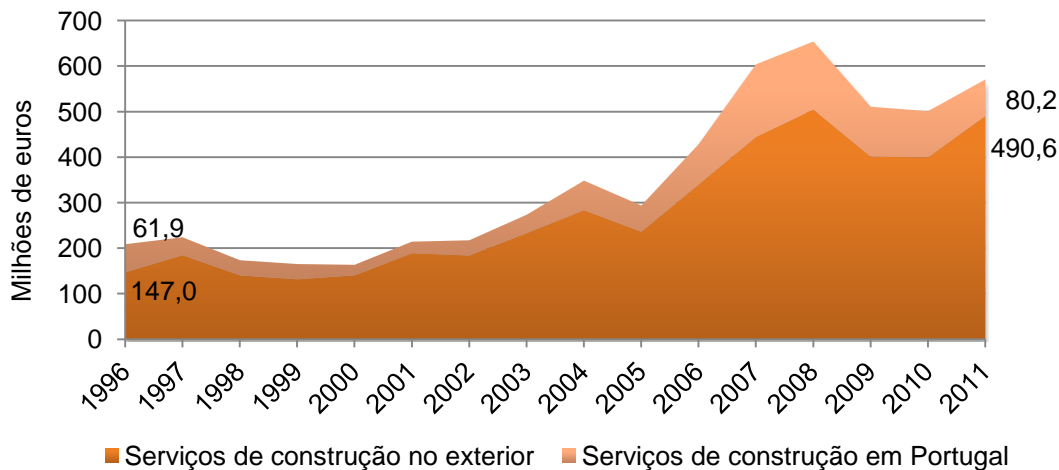
Os serviços de intermediação comercial englobam os recebimentos relativos a transações de comércio triangular e outros serviços de intermediação comercial, entre residentes e não residentes. Este tipo de serviços revelou um crescimento notável de 967,62%, nos anos em estudo. Enquanto, em 1996, somavam apenas € 115,9 milhões representando 1,91% do total, em 2011, totalizam € 1,2 mil milhões e tornam-se o terceiro sector exportador, representando 6,46% do total das exportações de serviços.

O conjunto de serviços de arquitectura, engenharia e consultoria técnica traduz-se nos recebimentos relativos a transacções entre residentes e não residentes relacionadas não só mas especialmente com a concepção por arquitectos de projectos de desenvolvimento, a planificação e concepção do projecto e supervisão de barragens ou pontes, o ensaio e certificação de produtos e os serviços de inspecção técnica. O seu crescimento, durante o período em análise, foi bastante significativo atingindo 672,74%, apesar de ter registado uma ligeira redução, em 2010, recuperou em 2011 crescendo cerca de 3%. No entanto, com um total de recebimentos de € 612,8 milhões e com uma quota de 3,20% é o quarto maior contribuinte para o total dos serviços exportados.

Os serviços de construção que somam € 570 milhões, em 2011, representam 2,98% do total de exportações e correspondem a:

- Serviços de construção no exterior, que reflectem os recebimentos resultantes dos trabalhos de construção e instalação realizados no exterior por empresas residentes.
- Serviços de construção em Portugal, que reflectem os recebimentos resultantes do fornecimento de bens e serviços a empresas não residentes que se encontrem a realizar trabalhos de construção em Portugal.

Figura 1.7 – Evolução dos recebimentos provenientes de serviços de construção entre 1996 e 2011



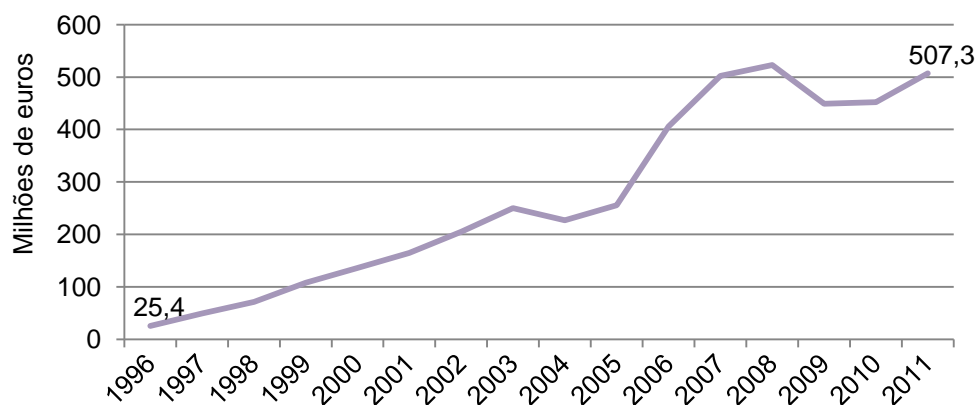
Fonte: Banco de Portugal

Destaca-se a importância da primeira rubrica que representou entre 70% a 90% do total de serviços de construção em todos os anos considerados. Observa-se na Figura 1.7 que a sua evolução anual apresentou alguma volatilidade embora a tendência seja claramente crescente, traduzindo-se num acréscimo de 233,78% de 1996 para 2011 em que somam € 490 milhões.

O conjunto de serviços jurídicos, contabilidade, consultadoria em gestão e relações públicas onde, nos serviços jurídicos, se incluem serviços consultoria e representação em processos jurídicos ou judiciais, serviços de redacção de documentação e instrumentos jurídicos, registou o mais expressivo

incremento de todas as rubricas consideradas. Como se observa na Figura 1.8, embora se tenham verificado decréscimos de 2003 para 2004 e de 2008 para 2009, a sua evolução desde 1996 foi efectivamente extraordinária. Assim, com € 507,3 milhões de recebimentos em 2011, ocupam o sexto lugar representando 2,65% das exportações de serviços totais.

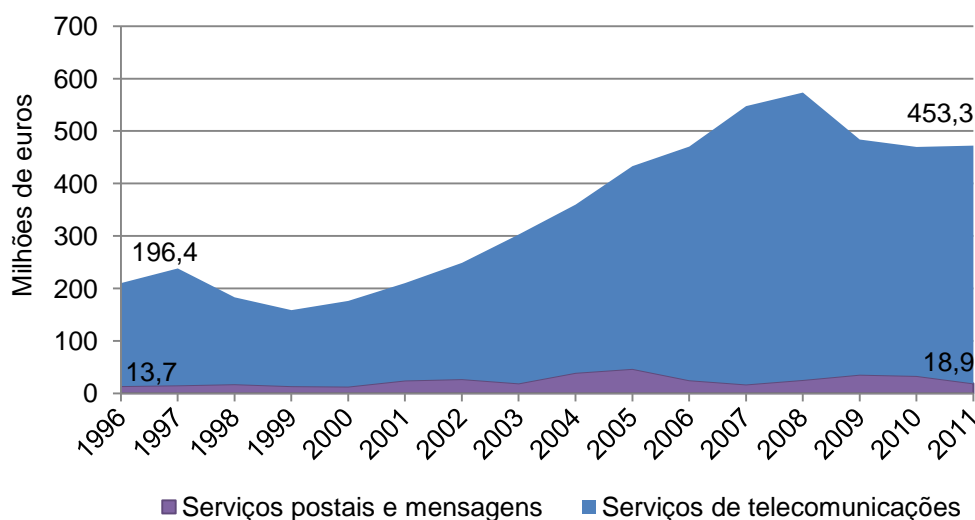
Figura 1.8 – Evolução dos recebimentos provenientes de serviços jurídicos, contabilidade, consultadoria em gestão e relações públicas entre 1996 e 2011



Fonte: Banco de Portugal

Os serviços de comunicação compreendem serviços postais e mensagens e serviços de telecomunicações os quais representam, em 2011, 2,46% do total de exportações. Como se observa na Figura 1.9, os recebimentos resultantes destes serviços somam € 453,3 milhões em 2011, tendo aumentado 124,76% desde 1996. Os serviços de telecomunicações representam 96% destes serviços, em 2011 enquanto, em 1996, representavam 93,46%.

Figura 1.9 – Evolução dos recebimentos provenientes de serviços de comunicação entre 1996 e 2011



Fonte: Banco de Portugal

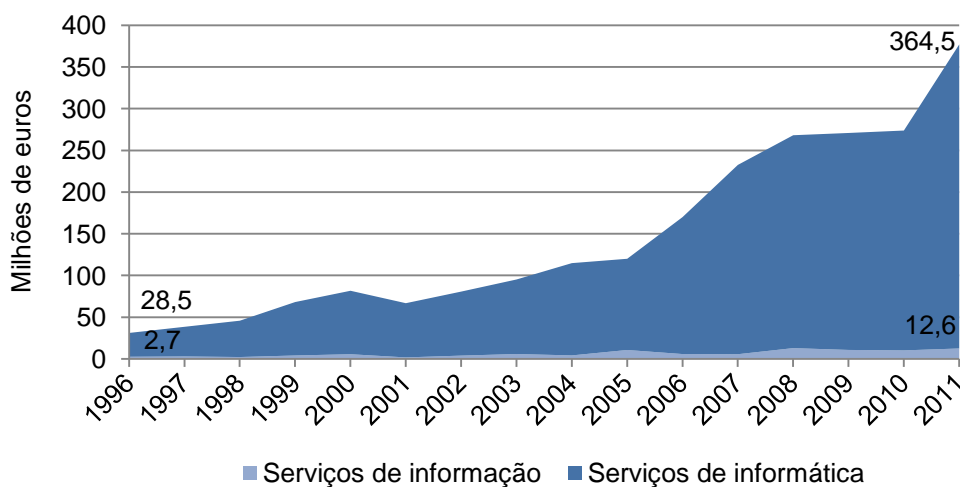
Como próprio nome indica, os serviços de informação e informática subdividem-se em:

- Serviços de informática que se traduzem em recebimentos resultantes dos serviços relacionados com o material e programas informáticos e dos serviços de tratamento de dados;
- Serviços de informação que abrangem os recebimentos resultantes dos serviços de agências noticiosas (fornecimento de notícias, fotografias e artigos de fundo), dos serviços de bases de dados e dos serviços de pesquisa na internet.

Os serviços de informática representam, em média, cerca de 95% destes serviços, tendo os serviços de informação, em 2005, a maior representação nos anos analisados (9%) como se constata na Figura 1.10. Entre 1996 e 2011, os serviços de informática tiveram um crescimento extraordinário (1177%) enquanto os serviços de informação mais do que triplicaram (372,44%).

Em conjunto os serviços de informação e informática revelaram uma evolução positiva notável tendo as exportações subido 1108,41%, durante o período em análise, passando de uma quota de 0,51% em 1996 para cerca de 2% em 2011.

Figura 1.10 – Evolução dos recebimentos provenientes de serviços de informação e informática entre 1996 e 2011



Fonte: Banco de Portugal

A rubrica referente a serviços entre empresas afiliadas corresponde a uma categoria residual, na qual se inserem os recebimentos de empresas não residentes relacionadas, relativos a serviços que não podem ser especificamente classificados em qualquer outra rubrica. No entanto, são um item a considerar dada a sua subida de 809,05% representando, em 2011, 1,84% do total face aos 0,64% em 1996.

Os serviços de publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião incluem os recebimentos relativos a transacções entre residentes e não residentes relacionadas com a concepção, criação e comercialização de anúncios publicitários por agências de publicidade, colocação de anúncios nos

media, serviços de exposição fornecidos por feiras comerciais, promoção de produtos, estudos de mercado, telemarketing e inquéritos de opinião sobre várias questões. O aumento verificado foi de 379,13% e, em 2011, com cerca de € 290,9 milhões ocupam o décimo lugar no ranking dos serviços exportados com uma quota de 1,52% do total.

Os serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa reflectem os recebimentos entre residentes e não residentes relativos a serviços audiovisuais e outros serviços pessoais, culturais e recreativos. No período em análise registaram um acréscimo de 236,64% e, em 2011, com cerca de € 240 milhões representam 1,25% do total de serviços exportados.

Os serviços agrícolas, mineiros e industriais traduzem-se nos recebimentos relativos a serviços associados à agricultura, serviços mineiros fornecidos em jazigos de petróleo e gás, outros serviços de processamento no próprio local e ao tratamento de resíduos e despoluição entre residentes e não residentes. Entre 1996 e 2011 o seu crescimento foi incrível atingindo os 1017,65% pelo que em 2011 representam 1,24% do total atingindo € 237,4 milhões.

Os serviços financeiros reflectem os recebimentos resultantes de transacções de intermediação financeira e serviços auxiliares, excepto os das empresas de seguros de vida e dos fundos de pensões. Incluem-se os recebimentos provenientes dos serviços financeiros associados a operações sobre instrumentos financeiros, assim como dos outros serviços relacionados com a actividade financeira. Os serviços financeiros registaram a evolução mais modesta de todos os serviços analisados, crescendo 25,26% entre 1996 e 2011, de € 179,9 milhões para € 225,4 milhões. Assim, enquanto em 1996, estes serviços representavam 1,62% do total de serviços exportados, em 2011 representam apenas 1,18%.

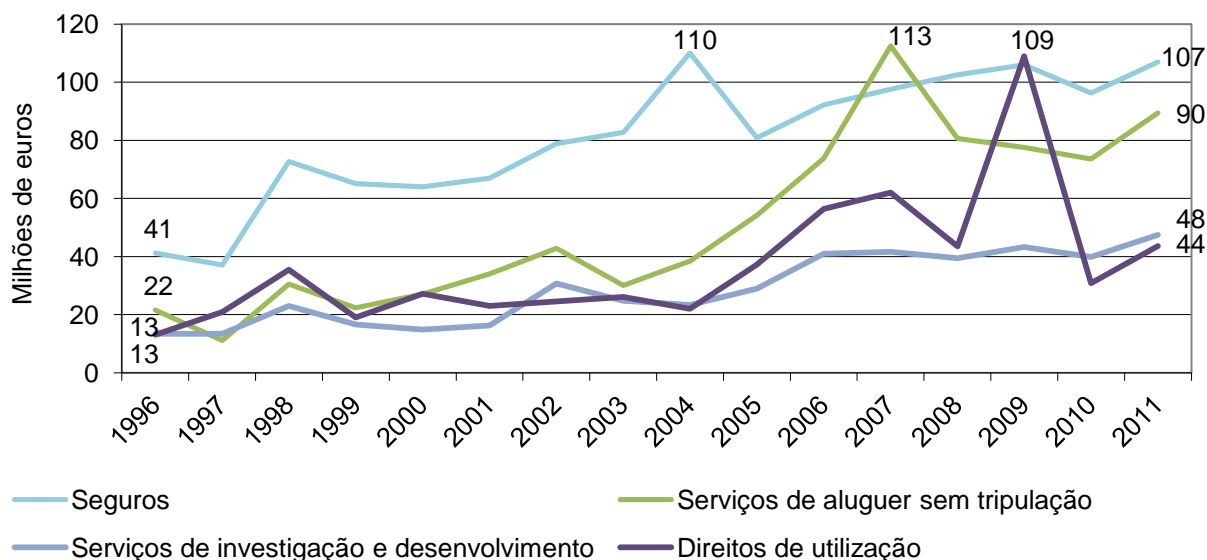
Os outros serviços diversos técnico-profissionais englobam os recebimentos relativos a transacções de serviços entre residentes e não residentes relativas à colocação de pessoal, serviços de segurança, fotográficos, tradução e interpretação, limpeza de edifícios, serviços imobiliários a empresas e quaisquer outros serviços que não possam ser classificados noutras rubricas. Este conjunto de serviços soma € 210,6 milhões, em 2011 representando 1,10% do total de serviços exportados e foi o que apresentou o segundo menor crescimento dos serviços analisados (98,68%) depois dos serviços financeiros.

As operações governamentais, que aumentaram 255,59% no período em estudo, correspondem a recebimentos de transacções entre residentes e não residentes relativos a serviços associados com as administrações públicas e organizações internacionais e regionais e não classificados noutras rubricas. Em 2011 totalizam € 205,7 milhões e representam 1,07% do total de serviços exportados.

Com uma representação individual inferior a 1% do total das exportações de serviços, em 2011, encontram-se:

- Seguros
- Serviços de aluguer sem tripulação
- Serviços de investigação e desenvolvimento e
- Direitos de utilização.

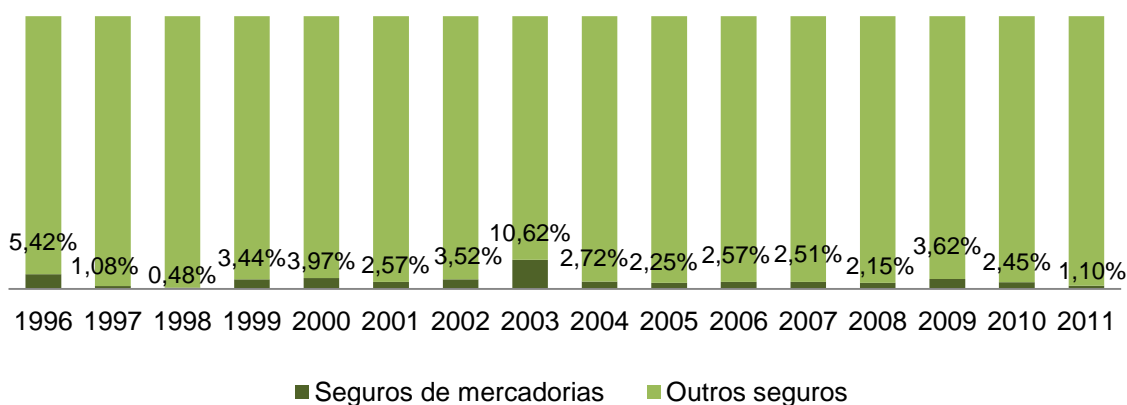
Figura 1.11 – Evolução dos recebimentos provenientes de serviços com quota inferior a 1% do total de serviços exportados entre 1996 e 2011



Fonte: Banco de Portugal

Os seguros, que reflectem os recebimentos resultantes do fornecimento de vários tipos de seguros a não residentes por sociedades de seguros residentes, aumentaram 159,84% para € 107 milhões, em 2011, dos quais 1,10% são provenientes de seguros de mercadorias. Em 2003, este tipo de seguros registou o maior valor do período considerado (€ 8,8 milhões) representando 10,62% dos seguros totais. Como mostra a Figura 1.12, em 1996, representavam 5,42% com apenas € 2,2 milhões mas, em todos os outros anos, nunca ultrapassaram os 4%.

Figura 1.12 – Peso relativo dos seguros de mercadorias nos seguros totais



Fonte: Banco de Portugal

A rubrica serviços de aluguer sem tripulação, que registou um incremento de 315,32% para € 89,5 milhões, em 2011, engloba os recebimentos relativos a transacções de aluguer e afretamentos de navios, aviões e equipamento de transporte, como vagões ferroviários, contentores e plataformas, sem operadores ou tripulação, entre residentes e não residentes.

Os serviços de investigação e desenvolvimento que totalizam € 47,5 milhões, no mesmo ano, referem-se aos recebimentos relativos aos serviços transaccionados entre residentes e não residentes e que dizem respeito à investigação de base, à investigação aplicada e ao desenvolvimento experimental de novos produtos e processos e tendo aumentado 254,15% no período em análise.

Os direitos de utilização traduzem-se nos recebimentos relativos a franchises e direitos similares e à utilização de activos não produzidos não financeiros e direitos de propriedade, entre residentes e não residentes e são o tipo de serviços com menor quota do total de serviços exportados. Apesar da queda acentuada que se verifica de 2009 para 2010 (Figura 1.11), voltaram a crescer em 2011 atingindo € 43,5 milhões e tendo registado um aumento de 233,34%, entre 1996 e 2011.

1.3. Especialização relativa das exportações portuguesas de serviços

Neste ponto procura-se apurar a especialização relativa das exportações portuguesas de serviços com recurso ao índice de Balassa.

O índice de Balassa é um indicador de vantagens comparativas uma vez que relaciona as exportações de um determinado produto i e de um dado país j com as exportações mundiais, através da ponderação entre o peso das exportações de determinado produto nas exportações totais desse país e o peso das exportações mundiais desse mesmo produto nas exportações mundiais.

A sua fórmula de cálculo pode assumir uma das seguintes formas:

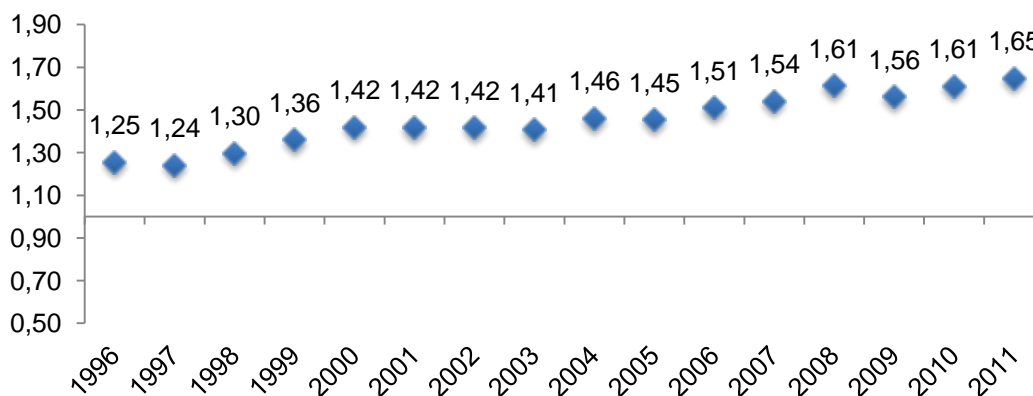
$$IB_{ij} = \frac{\frac{X_{ij}}{\sum_{j=1}^n X_{ij}}}{\frac{\sum_{i=1}^n X_{ij}}{\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n X_{ij}}} \quad (1) \quad \text{ou} \quad IB_{ij} = \frac{\frac{X_{ij}}{\sum_{i=1}^n X_{ij}}}{\frac{\sum_{j=1}^n X_{ij}}{\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n X_{ij}}} \quad (2)$$

Apura-se este índice de forma a avaliar as vantagens comparativas do país. Assim, Portugal é relativamente mais especializado em determinado produto quando este indicador for superior a 1.

Os resultados relativos ao apuramento do índice de Balassa que se apresentam nesta secção baseiam-se em cálculos efectuados através da equação (2) com recurso a dados sobre comércio internacional disponibilizados pela UNCTAD.

Como ponto de partida, apresenta-se na Figura 1.13 o índice de Balassa para as exportações portuguesas de serviços tendo em conta as exportações totais. É possível constatar que, entre 1996 e 2011, Portugal apresenta uma clara vantagem comparativa no sector dos serviços que inclusivamente tem aumentado de forma significativa tendo o indicador ultrapassado 1,5 em 2006 e situando-se em 1,65 em 2011. Isto significa que no caso dos bens o índice de Balassa nunca registou um valor superior a 1 no período em análise.

Figura 1.13 – Índice de Balassa para exportações portuguesas de serviços entre 1996 e 2011

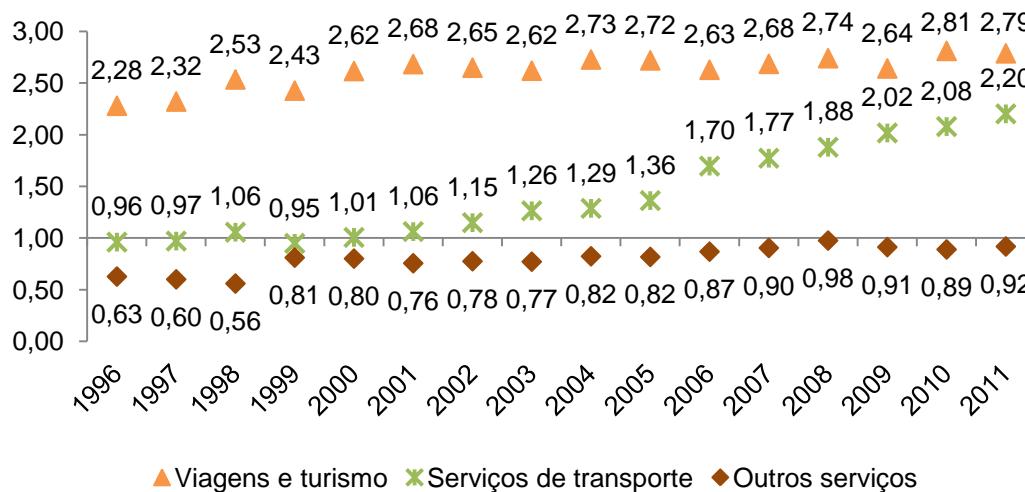


Fonte: Cálculos próprios com base nos dados da UNCTAD

Com recurso ao índice de Balassa procura-se avaliar a especialização relativa ao nível de determinados tipos de serviços procurando identificar em quais deles Portugal revela uma vantagem comparativa tendo em conta as exportações totais.

Apresentam-se, na Figura 1.14, os resultados obtidos para três grandes grupos de serviços: os serviços relacionados com viagens e turismo, os serviços de transportes e os outros serviços.

Figura 1.14 – Índice de Balassa para viagens e turismo, serviços de transporte e outros serviços entre 1996 e 2011



Fonte: Cálculos próprios com base nos dados da UNCTAD

Afiguram-se evidentes as vantagens comparativas reveladas por Portugal nos serviços relacionados com viagens e turismo e nos serviços de transporte. Por outro lado, considerando o conjunto de outros serviços esta vantagem não é revelada.

Por isso importa analisar mais detalhadamente este conjunto de serviços apresentando-se no Quadro 1.1 os resultados obtidos pelo cálculo do indicador entre 2000 e 2011. Observa-se que, entre 2000 e 2011, para além dos serviços relacionados com turismo e viagens e dos serviços de transporte Portugal também apresenta um indicador de Balassa superior a 1 nos serviços de construção, de comunicação e de natureza pessoal, cultural e recreativa o que significa que beneficia de vantagens comparativas nestes tipos de serviços.

Fourie e Fintel (2009) chegaram a resultados idênticos na elaboração de um ranking mundial de vantagens comparativas nas exportações de serviços. Portugal ocupa o sexto e o nono lugares nos sectores de viagens e turismo e de transportes. No que se refere aos serviços de construção, Portugal assume a quinta posição e quer nos serviços de comunicação quer nos serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa situa-se na oitava posição do ranking.

Verifica-se igualmente uma vantagem comparativa revelada ao nível das outras operações fornecidas por empresas que englobam os recebimentos relativos a comércio triangular e outros serviços de intermediação comercial, a serviços de locação operacional e a serviços diversos técnico-profissionais, entre residentes e não residentes. Quanto a este tipo de serviços há uma ligeira diferença quanto ao valor apurado por Fourie e Fintel que em 2009 foi de 0,94.

Quadro 1.1 – Índice de Balassa por tipo de serviços entre 2000 e 2011

Índice de Balassa	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Serviços de comunicação	1,16	1,25	1,49	1,74	1,97	2,22	1,97	2,09	2,08	1,74	1,76	1,69
Serviços de construção	1,16	1,39	1,32	1,68	2,12	1,58	1,90	2,24	2,12	1,74	1,86	2,04
Seguros	0,55	0,50	0,37	0,37	0,56	0,50	0,45	0,41	0,43	0,44	0,42	0,45
Serviços financeiros	0,57	0,24	0,31	0,27	0,33	0,28	0,25	0,25	0,27	0,20	0,20	0,27
Serviços de informação e informática	0,37	0,26	0,29	0,31	0,34	0,34	0,39	0,46	0,47	0,46	0,45	0,53
Direitos de utilização	0,07	0,06	0,06	0,06	0,05	0,07	0,10	0,10	0,07	0,17	0,05	0,06
Serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa	1,37	1,46	1,06	1,06	1,36	1,56	1,66	1,46	1,70	1,84	2,12	1,67
Operações governamentais	0,95	0,93	0,86	0,79	0,86	0,71	0,74	0,80	0,90	0,85	0,99	1,01
Outras operações fornecidas por empresas	1,02	1,00	1,06	1,01	1,01	1,03	1,13	1,17	1,29	1,23	1,18	1,23

Fonte: Cálculos próprios com base nos dados da UNCTAD

1.4. Destinos das exportações portuguesas de serviços

Os destinos das exportações portuguesas de serviços são analisados nesta secção com base nos dados das estatísticas da balança de pagamentos do Banco de Portugal que disponibiliza uma amostra de cinquenta e cinco países e uma rubrica adicional outros¹⁰. Será analisada a agregação geográfica constante no Quadro 1.2 destacando-se também determinados países oportunamente.

Quadro 1.2 – Mercados de destino das exportações portuguesas de serviços em 1996 e 2011

EXPORTAÇÕES DE SERVIÇOS	1996			2011			Variação %
	Valor (milhares de euros)	Ranking	Peso no Total	Valor (milhares de euros)	Ranking	Peso no Total	
UE	4.369.086	1	71,89%	13.645.364	1	71,23%	212,32%
PALOP	177.693	5	2,92%	1.266.362	2	6,61%	612,67%
América Central e do Sul	197.379	4	3,25%	1.182.880	3	6,17%	499,29%
América do Norte	701.611	2	11,54%	1.075.630	4	5,61%	53,31%
Suíça	245.786	3	4,04%	689.180	5	3,60%	180,40%
Noruega	32.699	7	0,54%	171.086	6	0,89%	423,21%
Ásia	41.455	6	0,68%	115.931	7	0,61%	179,66%
Rússia	1.523	13	0,03%	88.886	8	0,46%	5736,24%
Nigéria	76	15	0,00%	68.892	9	0,36%	90547,37%
África do Sul	31.212	8	0,51%	60.762	10	0,32%	94,68%
Austrália e Nova Zelândia	19.513	9	0,32%	56.767	11	0,30%	190,92%
Norte de África	4.984	10	0,08%	53.708	12	0,28%	977,61%
Turquia	1.126	14	0,02%	19.262	13	0,10%	1610,66%
Arábia Saudita	3.327	12	0,05%	17.065	14	0,09%	412,92%
Ucrânia	34	16	0,00%	13.635	15	0,07%	40002,94%
Islândia	4.329	11	0,07%	4.795	16	0,03%	10,76%
Outros	245.910		4,05%	626.741		3,27%	154,87%
Total	6.077.743		100%	19.156.946		100%	215,20%

Fonte: Banco de Portugal

É possível observar que, no período em análise, a União Europeia é, de longe, o principal destino das exportações portuguesas de serviços representando, em 2011, cerca de 72% das exportações totais e tendo revelado, desde 1996, um crescimento semelhante ao das exportações de serviços totais (212,32%). De seguida surgem mais quatro mercados que apresentam quotas superiores a 3% tendo os restantes um peso inferior a 1%. No período em análise, os PALOP e a América Central e do Sul

¹⁰ Os cinquenta e cinco países com dados disponíveis no Banco de Portugal no início deste estudo são vinte e seis países da UE, África do Sul, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Austrália, Brasil, Cabo Verde, Canadá, China, Coreia do Sul, Egipto, EUA, Guiné-Bissau, Índia, Islândia, Japão, Marrocos, México, Moçambique, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Rússia, São Tomé e Príncipe, Suíça, Turquia, Ucrânia e Venezuela.

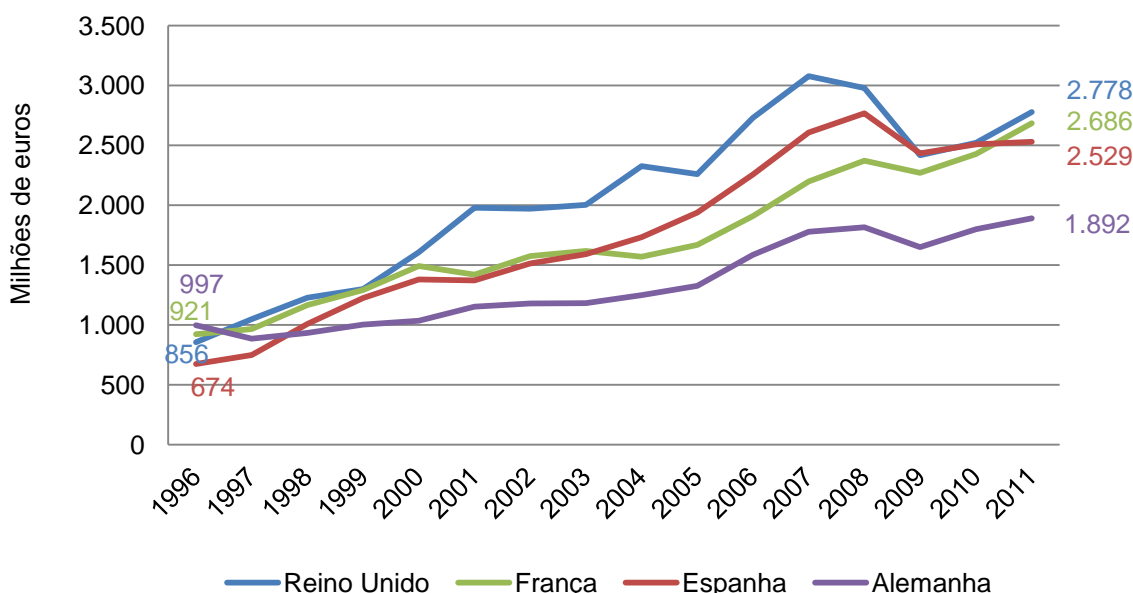
registaram crescimentos significativos em detrimento da América do Norte que registou uma forte queda. Assim, em 2011, os dois primeiros mercados ocupam respectivamente a segunda e terceira posição como destinos das exportações portuguesas de serviços e a América do Norte, que detinha a segunda posição, passa a ocupar, em 2011, o quarto lugar. A Suíça passa de terceiro para quinto maior mercado de destino.

Importa realçar que os países responsáveis pela alteração da colocação dos mercados de destino acima referidos são, por um lado, Angola e Brasil, que registaram um crescimento muito forte e, por outro, os EUA cujo crescimento foi apenas moderado.

Exportações portuguesas de serviços para a UE

No que se refere à União Europeia verifica-se que, em 1996 e em 2011, se encontram nos quatro primeiros lugares exactamente os mesmos países de destino das exportações portuguesas de serviços, embora ocupem posições diferentes. Como se observa na Figura 1.15 enquanto, em 1996, a Alemanha era o principal destino representando 16,41% do valor total de exportações, seguido de França (15,16%), Reino Unido (14,08%) e Espanha (11,09%), em 2011, esta sequência altera-se, sendo o Reino Unido a ocupar a primeira posição com 14,50% do valor total, seguido de França na segunda posição (14,02%), ficando Espanha (13,20%) e Alemanha (9,87%) na terceira e quarta posições.

Figura 1.15 – Evolução dos quatro principais destinos das exportações portuguesas de serviços na União Europeia entre 1996 e 2011



Fonte: Banco de Portugal

Verifica-se ainda que, apesar de ter aumentado bastante o valor das exportações de serviços destinadas a estes quatro países, a sua importância relativa diminuiu passando a representar, em 2011, 72,5% do total da UE face aos cerca de 79% registados em 1996. Este facto indicia que se

procurou diversificar os mercados de destino no seio da União Europeia, visto que a importância destacada desta área geográfica no valor total não se alterou. Uma das razões que pode explicar esta diversificação é o duplo alargamento da União Europeia a países do leste europeu em 2004 (Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa) e 2007 (Bulgária e Roménia).

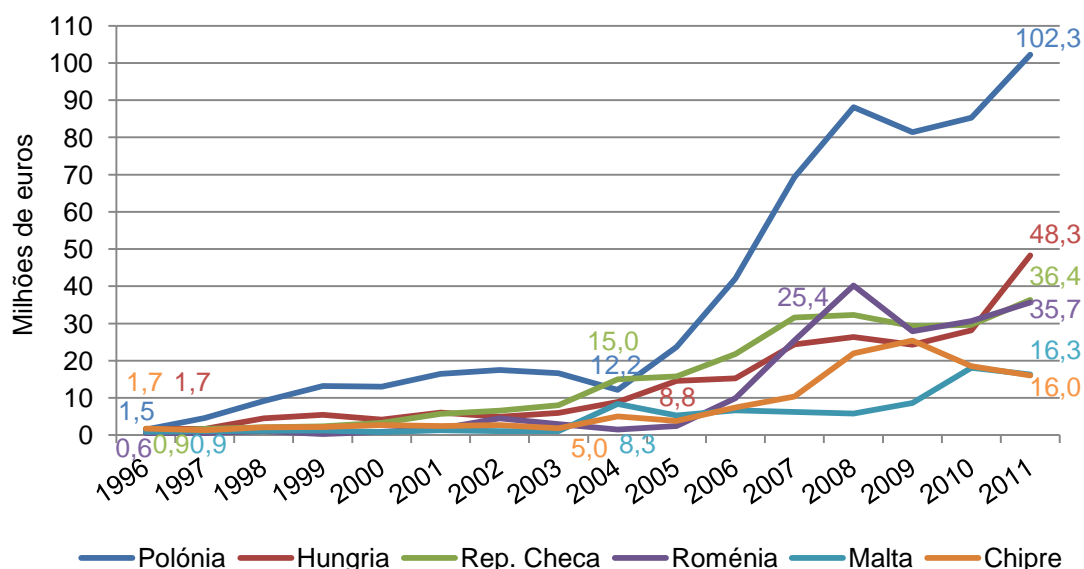
Assim vale a pena analisar a evolução das exportações portuguesas de serviços com destino a estes doze países no período em estudo.

Observa-se na Figura 1.16 o caso sintomático da Polónia para onde, a partir de 2004, Portugal começou a direccionar as suas exportações de serviços a um ritmo de crescimento muito forte que, apesar de uma ligeira diminuição de 2008 para 2009, continuou em 2010 e 2011, totalizando, nesse ano, € 102 milhões que contrastam com € 1,5 milhões em 1996.

A Hungria e a República Checa tiveram evoluções semelhantes, embora mais modestas passando, respectivamente, de € 1,7 milhões e € 0,9 milhões em 1996 para € 48,3 milhões e € 36,4 milhões em 2011.

Chipre e Malta registaram igualmente um aumento nas exportações de serviços recebidas de Portugal no ano de entrada para a UE, embora tenham diminuído no ano seguinte para voltar a crescer anualmente até chegar, em 2011, a montantes de exportações recebidas de € 16 milhões e € 16,3 milhões, respectivamente.

Figura 1.16 – Evolução das exportações portuguesas de serviços para seis dos países dos alargamentos da UE entre 1996 e 2011

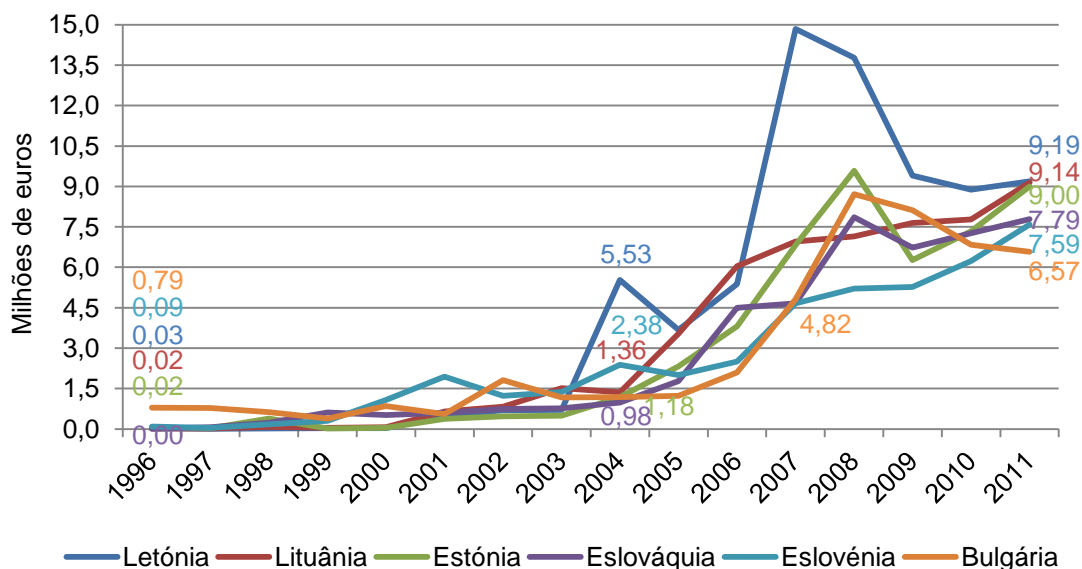


Fonte: Banco de Portugal

Como se pode observar na Figura 1.17, a Letónia também revela um forte aumento das exportações recebidas de Portugal no ano de entrada na UE mas apesar de no ano seguinte ter ocorrido um decréscimo, a partir de 2005, assistiu-se a um forte aumento do montante exportado. No entanto,

desde 2007 que as exportações destinadas a este país têm vindo a cair, estabilizando, em 2010 e 2011, em valores próximos dos € 9 milhões.

Figura 1.17 – Evolução das exportações portuguesas de serviços para os restantes seis dos países dos alargamentos da UE entre 1996 e 2011



Fonte: Banco de Portugal

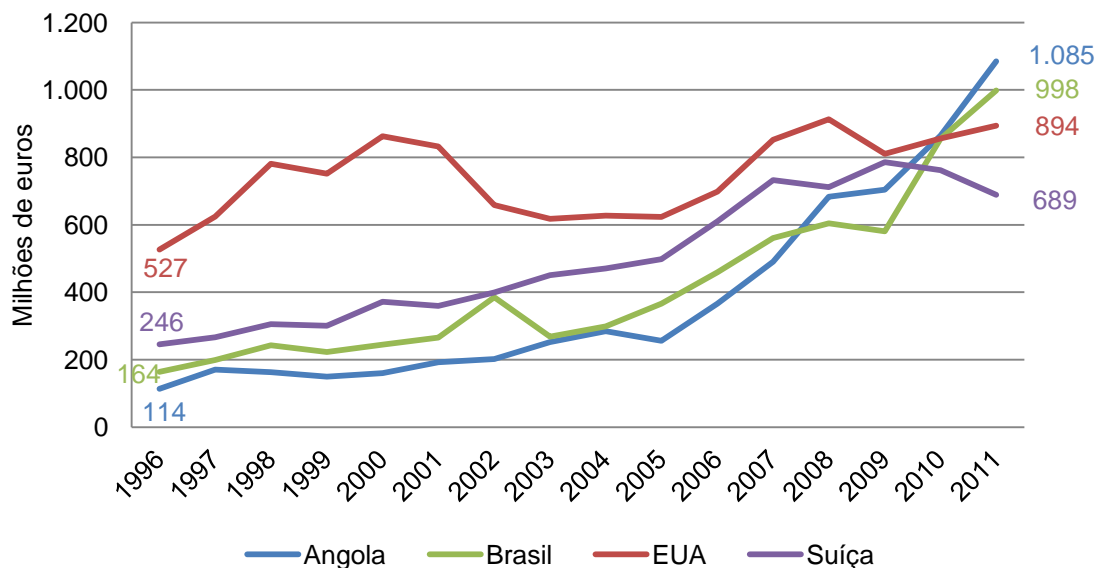
No caso da Lituânia, da Estónia e da Eslováquia, os três países registaram um impulso nas exportações portuguesas de serviços que lhes foram destinadas a partir de 2004. No entanto, evidenciam ritmos de crescimento diferentes, mais erráticos no caso da Estónia e da Eslováquia que totalizam, em 2011, € 9 milhões e € 7,79 milhões, respectivamente, enquanto a Lituânia revela um crescimento mais suave somando € 9,14 milhões no mesmo ano. Em qualquer dos casos os valores das exportações de serviços de Portugal para estes países contrastam fortemente com os registados em 1996.

No que respeita aos países do segundo alargamento da UE, tanto no caso da Roménia (Figura 1.16) como no da Bulgária (Figura 1.17) registou-se um crescimento das exportações de serviços no ano seguinte ao alargamento e um decréscimo em 2008 mas, enquanto se assistiu a uma recuperação no caso da Roménia, o mesmo não aconteceu no caso da Bulgária.

Exportações portuguesas de serviços para fora da UE

Continuando a analisar a agregação por regiões apresentada no Quadro 1.2 verifica-se que a América do Norte (EUA e Canadá) detentora do segundo lugar no ranking, em 1996, com uma quota de 11,5%, passou a representar apenas 5,6% em 2011, colocando-se assim na quarta posição. Esta evolução permite aferir que também a nível mundial se tem vindo a apostar na diversificação dos mercados de destino como se irá mostrar de seguida.

Figura 1.18 – Evolução dos principais destinos das exportações portuguesas de serviços fora da União Europeia entre 1996 e 2011



Fonte: Banco de Portugal

Os EUA passam a ser o sétimo país de destino em 2011, tendo a sua quota no total de exportações passado para cerca de metade, isto é, de 8,67%, em 1996 para 4,67%, em 2011, apesar de ter registado um crescimento do montante exportado de 69,63%.

Angola passa a ocupar o quinto lugar no ranking dos países de destino tendo registado um crescimento do montante exportado de 850% desde 1996. Angola já representa, em 2011, mais de 5% do total de exportações portuguesas de serviços.

De facto, em 2011, os PALOP tornaram-se na segunda região de destino das exportações portuguesas de serviços e apresentaram, no período em análise, um crescimento bastante significativo (612,67%), representando 6,61% do valor total exportado. Este crescimento deve-se sobretudo à já referida extraordinária evolução de Angola, que passou da décima segunda para a quinta posição no ranking por países de destino.

Nos restantes PALOP verifica-se que as exportações portuguesas de serviços com destino a Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe mais do que duplicaram de 1996 para 2011, enquanto a Guiné-Bissau registou um aumento de apenas 21%.

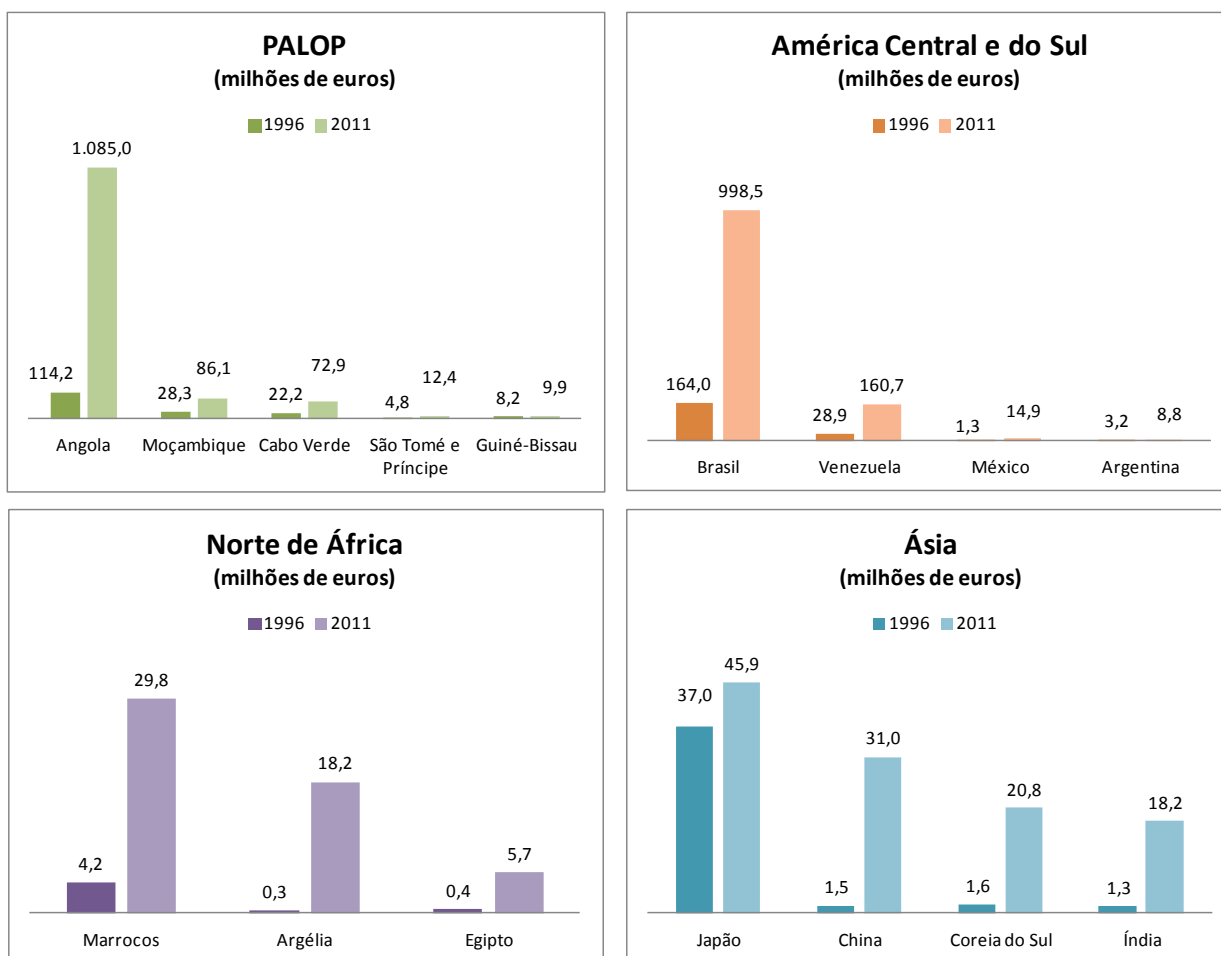
A América Central e do Sul revela ser um mercado em forte crescimento (499,29%) que recebe, em 2011, 6,17% das exportações portuguesas de serviços totais face aos 3,25% registados em 1996, tornando-se assim a terceira maior região de destino. Importa destacar o Brasil que, com um notável aumento de 508,67% registado no período em análise chega, em 2011, ao sexto lugar no ranking de países de destino, recebendo 5,21% das exportações portuguesas de serviços face aos 2,70% observados em 1996 e ultrapassando assim os EUA. Nesta região destacam-se ainda como destinos das exportações portuguesas de serviços a Venezuela, o México e a Argentina que, apesar de

representarem menos de 1% do valor total, registam aumentos assinaláveis no período em análise (Figura 1.19).

Embora tenha diminuído a sua representação no total de 0,68%, em 1996, para 0,61%, em 2011, fazendo com que a Ásia caísse uma posição passando a ser a sétima maior região de destino, em 2011, o montante de exportações de serviços recebidos pelos países asiáticos mais do que duplicou. No entanto, como se verifica na Figura 1.19, enquanto as exportações de serviços com destino à Coreia do Sul, à China e à Índia subiram consideravelmente, as destinadas ao Japão tiveram um aumento bastante menos expressivo.

Por fim, a região do Norte de África desceu dois lugares no ranking do quadro 1.2 tendo registado, desde 1996, um aumento extraordinário (acima de 900%) embora receba, em 2011, apenas 0,28% das exportações portuguesas de serviços. O principal país de destino desta região é Marrocos, seguindo-se a Argélia e o Egipto tendo estes dois países registados aumentos excepcionais entre 1996 e 2011, como se pode constatar na Figura 1.19.

Figura 1.19 – Exportações portuguesas de serviços para diferentes mercados em 1996 e 2011



Fonte: Banco de Portugal

2. Estudo empírico das exportações portuguesas de serviços

Nesta secção pretende-se analisar a relevância de vários factores na evolução das exportações portuguesas de serviços através da estimação de um modelo econométrico de dados de painel.

O painel selecionado consiste nos dados de cinquenta e cinco mercados de destino das exportações de serviços observados ao longo de cinco anos, de 2007 a 2011. As observações são referentes ao conjunto de países que se encontravam disponíveis no Banco de Portugal quando este estudo se iniciou¹¹.

O objectivo é perceber se as exportações portuguesas de bens e o investimento directo de Portugal no estrangeiro podem favorecer as exportações portuguesas de serviços, tendo em conta a dimensão de cada uma das economias e ainda se a proximidade geográfica, ter uma fronteira comum, ser membro da União Europeia e, por fim, a proximidade linguística poderão ter efeito no desempenho das exportações portuguesas de serviços.

A análise consiste na estimação de dois modelos econométricos de regressão linear múltipla que decorrem de uma extensão do modelo gravitacional utilizado amplamente em estudos sobre relações no comércio internacional. Este modelo parte da premissa de que o comércio entre dois países cresce com o seu rendimento e diminui com a distância entre eles.

Africano e Magalhães (2005) definem três modelos econométricos assentes em extensões do modelo gravitacional para estudar a relação entre comércio e investimento directo estrangeiro na economia portuguesa (complementares e/ou substitutos). Numa pesquisa posterior Africano e Magalhães (2007) voltam a analisar o mesmo assunto mas aplicando o modelo gravitacional a dados de painel. No entanto, em ambas as análises apenas são considerados o comércio português de bens e o stock de investimento enquanto o presente estudo incide especificamente sobre o sector de serviços e tem em conta não só os fluxos de investimento directo português no estrangeiro mas também o efeito das exportações de bens nas exportações de serviços.

Assim, a variável dependente refere-se apenas às exportações portuguesas de serviços que traduzem os fluxos a crédito registados na rubrica serviços das estatísticas da balança de pagamentos apuradas pelo Banco de Portugal e correspondem a recebimentos relativos a transacções associadas à prestação de serviços entre residentes e não residentes.

O interesse de analisar o efeito das exportações de bens nas exportações de serviços prende-se com a convicção de que existe na economia uma elevada complementaridade entre bens e serviços sendo natural que esta seja extensível às exportações (é evidente, por exemplo, no caso dos seguros de mercadorias). Procura-se verificar se pelo facto de Portugal exportar bens para determinado país

¹¹ 26 Países da UE, África do Sul, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Austrália, Brasil, Cabo Verde, Canadá, China, Coreia do Sul, Egipto, Estados Unidos da América (EUA), Guiné-Bissau, Índia, Islândia, Japão, Marrocos, México, Moçambique, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Rússia, São Tomé e Príncipe, Suíça, Turquia, Ucrânia e Venezuela.

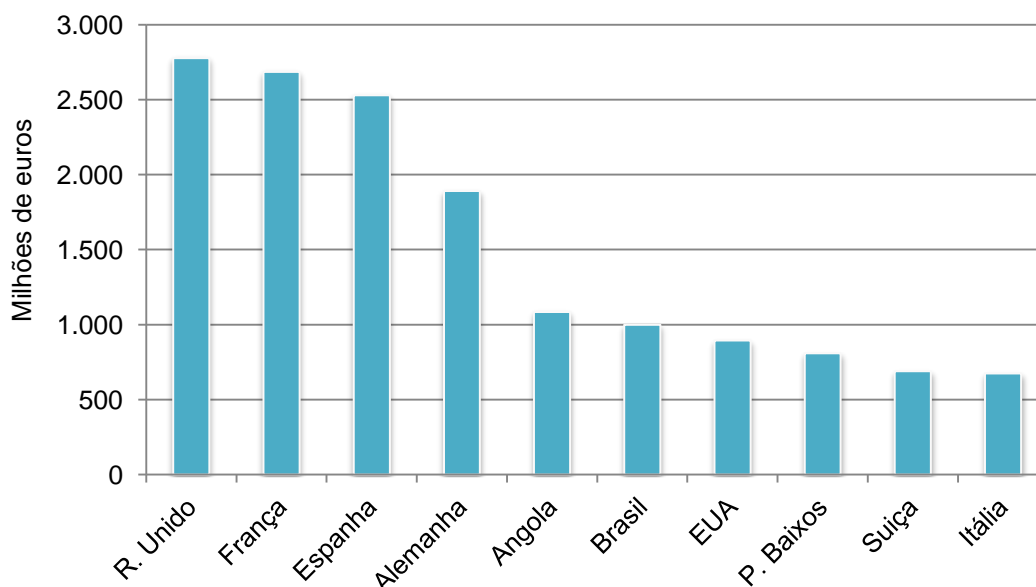
isso favorece a exportação de serviços para esse país, ou seja, pretende-se apurar se exportação de bens propicia a exportação de serviços.

O investimento directo estrangeiro, dependendo da sua natureza, poderá requerer serviços complementares à sua realização como, por exemplo, serviços de construção, serviços de consultoria, serviços financeiros, etc. Através deste factor procura-se perceber se o facto de as empresas portuguesas estarem a investir cada vez mais em determinados mercados pode fazer com que as exportações de serviços para esses mercados aumentem. Considera-se a possibilidade de o investimento directo português no estrangeiro contribuir para a evolução positiva das exportações portuguesas de serviços.

A distância é um factor fundamental do modelo gravitacional sendo esperado que o seu efeito no comércio entre países seja negativo. É expectável que a distância geográfica entre o país do exportador e o país de destino possa desencorajar a exportação de serviços pelo facto de o exportador ter menos informação sobre o destino, particularmente no que respeita ao conhecimento da regulamentação do sector nos diferentes países que, como já foi referido, é bastante heterogénea, afectando assim os custos da exportação de serviços.

Além disso, existe a evidência empírica de que Portugal exporta mais serviços para países que lhe estão mais próximos geograficamente como se pode observar na Figura 2.1. Note-se que nos dez principais países de destino das exportações portuguesas de serviços apenas três se encontram num continente diferente e a uma distância considerável de Portugal: Angola, EUA e Brasil. Estes três países receberam, em 2011, perto de € 3 mil milhões, isto é, 15,5% do total de serviços exportados enquanto os restantes sete países, europeus e mais próximos geograficamente de Portugal, receberam cerca de € 12 mil milhões, representando 62,9% do total. Juntos, os dez países somam € 15 mil milhões e representam 78,5% do total de exportações portuguesas de serviços.

Figura 2.1 – Principais destinos das exportações portuguesas de serviços em 2011



Fonte: Banco de Portugal

Para captar efeitos igualmente relacionados com proximidade geográfica definem-se ainda duas variáveis dummy adicionais para captar o efeito de um país com fronteira comum e de ser membro da União Europeia sendo esperado, em ambos os casos, que este tipo de proximidade seja favorável à evolução das exportações portuguesas de serviços.

Assim como a distância, a barreira linguística também aparece como um entrave à exportação de serviços seja no caso da prestação de serviços transfronteiriça, do consumo no exterior, da presença comercial (subsidiárias, sucursais) ou da presença de pessoas singulares como fornecedores de serviços. Os serviços são um sector com uma forte componente de comunicação, ou seja, a prestação de um serviço exige genericamente, que quem o presta comunique com quem o está a utilizar ou dele está a usufruir. Por isso, procura-se determinar a importância de as línguas mais faladas em Portugal nomeadamente o português, o inglês, o espanhol e o francês serem faladas no mercado de destino, considerando que são língua oficial no país. A selecção das línguas a incluir no estudo baseia-se no resultado do Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) realizado pelo INE em 2007. De acordo com o IEFA, 98,6% dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos tem a língua portuguesa como língua materna e 52% conhece ou consegue utilizar outra(s) língua(s) para além da materna. Como se pode observar no Quadro 2.1, as línguas mais conhecidas são o inglês com 77,4%, o francês com 58,4%, o espanhol com 26,5% e o alemão com apenas 6,5%, sendo pouco significativo.

Quadro 2.1 – Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por língua mais conhecida

Total	52%
Inglês	77,4%
Francês	58,4%
Castelhano/Espanhol	26,5%
Alemão	6,5%
Outras	7,8%

Fonte: INE - Aprendizagem ao Longo da Vida

Inquérito à Educação e Formação de Adultos - 2007

Quadro 2.2 – Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna por tipo de conhecimento da língua

	Inglês	Francês	Castelhano
Apenas percebo e consigo usar algumas palavras e frases	18%	27%	16%
Consigo perceber e usar expressões mais usuais do dia-a-dia	28%	34%	38%
Consigo perceber o essencial de uma linguagem clara e produzir um texto simples. Consigo descrever experiências e acontecimentos	35%	27%	32%
Consigo perceber um vasto conjunto de textos exigentes e usar flexivelmente a linguagem. Domino a linguagem quase completamente	20%	12%	14%
Total	100%	100%	100%

Fonte: INE - Aprendizagem ao Longo da Vida-Inquérito à Educação e Formação de Adultos - 2007

No entanto, o Quadro 2.2 revela que, considerando o tipo de conhecimento da língua, este é mais aprofundado no que respeita ao inglês (55%) seguindo-se o castelhano/espanhol (46%) e, em terceiro lugar, o francês (39%).

Ao observar a Figura 2.1 facilmente se constata que, dos dez principais países de destino das exportações portuguesas de serviços, apenas três não têm uma das línguas estrangeiras acima referidas ou o português como língua oficial¹², que são Alemanha, Holanda e Itália. Não obstante, como foi apresentado no Special Eurobarometer 243 “Europeans and their Languages” publicado em Fevereiro de 2006, em resposta à questão: “Which languages do you speak well enough in order to be able to have a conversation, excluding your mother tongue?”, responderam Inglês 87% dos holandeses, 56% dos alemães e 29% dos italianos. Apesar dos italianos não demonstrarem o domínio da língua inglesa dos holandeses e alemães, provavelmente o facto de o italiano ser uma língua latina com algumas semelhanças com o português (juntamente com a proximidade sociocultural) pode ter influência na escolha deste país como destino das exportações portuguesas de serviços.

Com base no acima exposto, é razoável considerar que o factor linguístico pode desempenhar um papel relevante na escolha dos países de destino das exportações de serviços e, por isso, para analisar a sua relevância são introduzidas no modelo a estimar quatro variáveis dummy, correspondentes a cada uma das línguas de interesse, português, inglês, espanhol e francês.

Modelo econométrico

Apresentam-se duas regressões lineares múltiplas sendo que a primeira (3a) apenas difere da segunda (3b) na definição da variável referente ao investimento directo de Portugal no exterior (IDPE). No primeiro caso, os valores referem-se ao fluxo de IDPE do ano respectivo ($idpe_{it}$) enquanto, no segundo caso, está representado o fluxo médio dos quatro anos anteriores ($midpe_{it}$).

$$\ln expserv_{it} = \beta_0 + \beta_{1it} \ln pib_{it} + \beta_{2it} \ln expbens_{it} + \beta_{3it} \ln idpe_{it} + \beta_{4i} \ln dist_i + \beta_5 D_{front} + \beta_6 D_{ue} + \beta_7 D_p + \beta_8 D_i + \beta_9 D_e + \beta_{10} D_f + \mu_{it} \quad (3a)$$

$$\ln expserv_{it} = \beta_0 + \beta_{1it} \ln pib_{it} + \beta_{2it} \ln expbens_{it} + \beta_{3it} \ln midpe_{it} + \beta_{4i} \ln dist_i + \beta_5 D_{front} + \beta_6 D_{ue} + \beta_7 D_p + \beta_8 D_i + \beta_9 D_e + \beta_{10} D_f + \mu_{it} \quad (3b)$$

O pib_{it} corresponde aos valores do PIB em euros do país i e surge como variável de controlo da dimensão de cada uma das economias. Utilizam-se os dados da World Economic Outlook Database (Abril 2012) do Fundo Monetário Internacional do PIB, em dólares americanos, dos mercados de destino em análise. A taxa de câmbio utilizada na conversão dos valores para euros foi a taxa média anual que resulta da média das taxas de câmbio diárias disponibilizadas pelo FMI. A relação

¹² As línguas oficiais foram determinadas com recurso à informação no sítio do CIA World Factbook.

esperada é que a dimensão da economia contribua positivamente para a evolução das exportações de serviços.

A variável $expbens_{it}$ são as exportações portuguesas de bens com destino ao país i . A fonte utilizada são novamente as estatísticas da balança de pagamentos do Banco de Portugal em que a rubrica bens é estimada com base em informação do INE.

Os dados sobre o investimento directo bruto de Portugal no estrangeiro (IDPE) foram consultados igualmente nas estatísticas da balança de pagamentos do Banco de Portugal.

Alguns dos valores apresentam-se negativos, correspondendo a desinvestimento, o que cria um problema na utilização de variáveis em logaritmo. Assim, foi aplicado o método de transformação da variável IDPE utilizado por Africano e Magalhães (2007). Este método consiste em dividir cada valor do IDPE pelo menor valor existente na amostra em módulo e somado de 10 unidades, obtendo valores superiores a -1 aos quais se soma 1. Deste modo, conforme demonstram as autoras, pode-se aplicar o logaritmo sem alterar o valor da variável. Outro problema encontrado nos dados sobre o IDPE é valores omissos¹³. Neste caso, assume-se que os valores omissos são zero uma vez que sendo países de dimensão relativamente pequena, os dados poderão não ter sido revelados pelo facto de existir apenas uma empresa a investir no país o que não protegia o sigilo da informação da empresa.

A variável $dist_i$ correspondente à distância em km de Portugal a cada um dos mercados de destino e constante ao longo do tempo. A informação sobre a distância de Portugal aos mercados de interesse, em km, tem como fonte a base de dados (GeoDist database) do CEPII¹⁴.

Definem-se ainda duas variáveis dummy adicionais para captar o efeito de ter uma fronteira comum e de ser membro da União Europeia sendo esperado, em ambos os casos, que este tipo de proximidade seja favorável ao crescimento das exportações portuguesas de serviços.

Por fim, surgem as quatro variáveis dummy, correspondentes a cada uma das línguas cujo efeito se pretende captar, português, inglês, espanhol e francês.

Apresenta-se uma comparação entre o método dos mínimos quadrados ordinários e o método dos mínimos quadrados generalizados em que se considera a possibilidade de existência de efeitos aleatórios nos países uma vez que a amostra contém cinquenta e cinco mercados diferentes.

¹³ Note-se que os países e anos respectivos (entre parêntesis) em que se verifica a omissão de valores do IDPE são: Eslovénia (2008 a 2011), Estónia (2008 a 2011), Islândia (2007 a 2011), Lituânia (2007 a 2009 e 2011), Noruega (2007) e Nova Zelândia (2007).

¹⁴ Para mais informação sobre o método utilizado na determinação das distâncias consultar o Working Paper No 25, December 2011 do CEPII "Notes on CEPII's distances measures: The GeoDist database" da autoria de Thierry Mayer e Soledad Zignago.

Resultados

Quadro 2.3 – Resultados da estimação

Variáveis	Regressão (3a) (IDPE anual)		Regressão (3b) (IDPE médio)	
	MQO	MQG (EA)	MQO	MQG (EA)
PIB	0.236*** (0.069)	0.614*** (0.095)	0.243*** (0.069)	0.600*** (0.097)
EXPBENS	0.553*** (0.080)	0.219*** (0.078)	0.519*** (0.082)	0.208*** (0.078)
IDPE	0.192*** (0.043)	-0.006 (0.029)		
MIDPE			0.142*** (0.034)	0.032 (0.031)
DIST	-0.383*** (0.144)	-0.993*** (0.251)	-0.357** (0.147)	-0.953*** (0.257)
FRONT	-0.478 (0.549)	-0.531 (1.228)	-0.273 (0.551)	-0.539 (1.252)
EU	0.421*** (0.154)	0.832** (0.321)	0.492*** (0.151)	0.802** (0.327)
POR	1.334*** (0.417)	3.564*** (0.623)	1.433*** (0.413)	3.432*** (0.637)
ING	0.712*** (0.183)	0.849** (0.403)	0.681*** (0.185)	0.800* (0.413)
ESP	-0.004 (0.275)	0.456 (0.599)	0.016 (0.276)	0.427 (0.611)
FRA	0.635 (0.438)	0.703 (0.967)	0.646 (0.439)	0.711 (0.987)
CONSTANTE	2.315** (1.112)	3.900* (2.142)	2.149* (1.111)	3.890* (2.181)
Observations	275	275	275	275
R ²	0.772	0.427	0.770	0.424
Hausman-test: $\chi^2(3)$		14.65***		11.05***

Notas: *** Significância a 1%; ** Significância a 5%; * Significância a 10%.

Devios-padrão entre parêntesis.

Regressão (3a): Fluxo de IDPE do ano respectivo; Regressão (3b): Fluxo de IDPE dos quatro anos anteriores.

Fonte: Estimação própria efectuada no software Eviews 6.0.

Verifica-se no quadro 2.3 que a estimação do modelo através de MQO explica uma parte considerável da variância das exportações portuguesas de serviços ($R^2=0,77$) quer na regressão (3a) (fluxo de IDPE anual) quer na regressão (3b) (fluxo de IDPE médio dos 4 anos anteriores).

Os resultados obtidos através do método MQO permitem concluir que as exportações de bens, os fluxos de investimento directo português no estrangeiro, a distância, a língua portuguesa, a língua inglesa e o país ser membro da UE influenciam a performance das exportações portuguesas de serviços. Os parâmetros associados a estas variáveis não só apresentam significância estatística como os seus sinais são os esperados.

No que respeita às exportações portuguesas de bens e ao IDPE (fluxo anual e fluxo médio) os resultados corroboram as hipóteses de que estas variáveis impulsionam as exportações portuguesas de serviços.

A variável que mede a dimensão da economia apresenta também e como esperado, uma contribuição positiva para evolução das exportações portuguesas de serviços.

A distância influencia negativamente a variável de interesse, pelo que se pode concluir que a proximidade geográfica tem influência positiva na performance das exportações de serviços.

No que se refere aos resultados obtidos para as línguas identificam-se contributos diferenciados. Enquanto o português e o inglês revelam uma importante significância no crescimento das exportações portuguesas de serviços, no caso do espanhol e do francês os resultados não permitem concluir que sejam significantes, o que, à partida, não se esperaria, sobretudo no caso do espanhol.

No entanto, além de o parâmetro estimado para a língua espanhola ser negativo também o coeficiente obtido para a fronteira comum tem sinal negativo e não revela significância. Este resultado pode advir do facto de Portugal ter apenas uma fronteira com Espanha, o que poderá não permitir captar o efeito real que a partilha de uma fronteira pode ter no comércio internacional de serviços.

Por último, os países serem membros da UE é relevante para explicar a evolução positiva das exportações portuguesas de serviços.

A estimação através do método de MQG, assumindo a existência de efeitos aleatórios individuais nos países, explica menos de metade das estimações quer da regressão (3a) ($R^2= 0,43$) quer da regressão (3b) ($R^2= 0,42$). Além disso, o coeficiente estimado para o IDPE perde significância e chega a ser negativo na estimação da regressão (3a). As variáveis PIB, exportações de bens e língua portuguesa mantêm a sua significância enquanto o país ser membro da UE e a língua inglesa passam para um nível de significância inferior em ambos os modelos. No entanto, na estimação da regressão (3b), a distância ganha significância.

Através dos resultados obtidos para o teste de Hausman ((3a): 14,65 e (3b): 11,05), em que se rejeita a hipótese de que não existe correlação entre os efeitos e os regressores, é possível concluir que considerar este tipo de efeitos individuais não é a forma mais adequada para estimar o modelo em estudo. Poder-se-ia fazer uma reestimação com efeitos fixos mas, dada a natureza das variáveis que determinam a proximidade geográfica e o factor linguístico em que estes não se poderiam verificar, seria improvável que a hipótese de efeitos fixos individuais nos países revelasse aderência.

CONCLUSÃO

É incontornável a importância que o sector de serviços passou a assumir no comércio internacional a partir dos anos 80 como resultado da abertura dos mercados e do desenvolvimento tecnológico, em especial, em países que têm como principal sector de actividade económica o sector terciário e Portugal não foi excepção. O comércio internacional de serviços tem sido alvo de um processo de liberalização progressiva encetado pelo GATS em 1994 e replicado, no âmbito da UE, na Directiva de Serviços europeia de 2006. No entanto, apesar dos passos importantes que foram dados neste sentido, existem ainda fortes barreiras causadas sobretudo pela regulamentação interna dos países e portanto uma maior desregulamentação do sector a nível nacional e o fim de medidas proteccionistas poderão impulsionar ainda mais o crescimento deste sector.

Entre 2006 e 2008 as exportações ultrapassaram os 30% do PIB nacional tendo alcançado em 2011, um peso de 35,5%. Em 2009 assistiu-se a uma queda generalizada do consumo devido à acentuada crise mundial pelo que o peso das exportações no PIB diminuiu, tendo recuperado no ano seguinte. Por sua vez, entre 1996 e 2005, o peso das exportações de serviços não foi além de 7,5% mas, a partir de 2006, a sua importância foi crescendo rapidamente e, em 2011, supera mesmo os 10% do PIB. Verifica-se ainda que as exportações de serviços têm vindo a aumentar a sua importância nas exportações totais passando de 23,4% do total, em 1996, para praticamente 30% em 2011.

A estratégia de uma aposta no sector transaccionável tem vindo a ser seguida em Portugal pela importante contribuição que este sector pode dar para o crescimento económico nacional num cenário de contracção do consumo e investimento internos. O sector exportador de serviços revela um potencial de crescimento que não deve ser descurado e que ultrapassa o sector de viagens e turismo. Desde o início do milénio que Portugal apresenta vantagens comparativas não apenas neste sector mas também nos serviços de transporte, de comunicação, de construção, de natureza pessoal, cultural e recreativa e ainda nos serviços que respeitam a outras operações fornecidas por empresas. As viagens e turismo são o principal tipo de serviço exportado por Portugal mas o seu peso tem vindo a diminuir em detrimento dos outros tipos de serviços. Os serviços de transporte estão em segundo lugar seguindo-se os serviços de intermediação comercial, os serviços de arquitectura, engenharia e consultoria técnica e os serviços de construção. Pode dizer-se que a análise do tipo de serviços que Portugal exporta é reveladora da variedade de competências técnicas e profissionais existentes no nosso país que permitem desenvolver uma considerável oferta de serviços nacionais reconhecida além-fronteiras o que contribui para tornar o sector mais transaccionável.

No que respeita aos mercados de destino das exportações portuguesas de serviços, a UE é o mais importante representando cerca de 72% do total, seguindo-se os PALOP, a América Central e do Sul, a América do Norte e a Suíça, mercados que apresentam quotas superiores a 3% tendo os restantes um peso inferior a 1%. Enquanto os PALOP e a América Central e do Sul cresceram significativamente, entre 1996 e 2011, a América do Norte registou uma forte queda. Os países responsáveis pelo desempenho dos dois primeiros mercados são Angola e Brasil que registaram um

crescimento muito forte enquanto os EUA registaram um crescimento moderado. Na UE os países mais relevantes são o Reino Unido, França, Espanha e Alemanha, parceiros históricos de Portugal no comércio internacional. Note-se que no que se refere aos países que protagonizaram os dois últimos alargamentos da UE verificou-se, nos anos seguintes, um importante aumento das exportações portuguesas de serviços. Ao longo do período em análise, assiste-se a uma diversificação dos destinos das exportações portuguesas de serviços não só dentro da UE mas também a nível mundial.

A relevância de vários factores na evolução das exportações portuguesas de serviços foi analisada com recurso a uma análise econométrica de dados de painel efectuada através da estimação de duas regressões que decorrem de uma extensão do modelo gravitacional utilizado amplamente em estudos sobre relações no comércio internacional. A diferença entre as duas regressões prende-se com os valores do investimento directo de Portugal no exterior sendo que na primeira foi utilizado o fluxo de IDPE anual e na segunda o fluxo médio de IDPE dos quatro anos anteriores. Os resultados da estimação de ambas permitem concluir que as exportações de bens, os fluxos de investimento directo português no estrangeiro, a distância, a língua portuguesa, a língua inglesa e o país ser membro da UE influenciam a performance das exportações portuguesas de serviços. À excepção da distância que apresenta uma relação negativa com as exportações de serviços, as restantes variáveis apresentam um efeito positivo.

Os resultados indicam que o facto de Portugal exportar bens e investir em determinados países potencia a exportação de serviços de Portugal para esses países, sendo estes factores que contribuem para o seu crescimento. A dimensão da economia também revela uma contribuição positiva para este crescimento, ao contrário da distância geográfica que se apresenta como uma barreira ao incremento das exportações portuguesas de serviços, tendo estes resultados sido igualmente verificados no caso das exportações de bens (Magalhães e Africano, 2007). De uma forma genérica, o ponto de partida do modelo gravitacional assenta na percepção de que o comércio entre dois países cresce com o seu rendimento e diminui com a distância entre eles o que foi confirmado na análise realizada. O facto de os países de destino falarem português e inglês permite aumentar as exportações portuguesas de serviços. Sendo o inglês a língua estrangeira mais falada em Portugal e tendo em conta que a existência de uma língua comum entre o produtor e o consumidor é determinante no comércio internacional de serviços em que a comunicação é fundamental, comprova-se a importância das duas línguas serem faladas nos mercados de destino das exportações portuguesas de serviços. A proximidade geográfica e a proximidade linguística apresentam um duplo benefício para esta actividade comercial.

De certa forma foram surpreendentes os resultados para a língua espanhola e para a fronteira uma vez que Espanha é o terceiro maior destino destas exportações. No entanto, o efeito da fronteira não poderia ser estimado como significativo existindo apenas um país da amostra que configura a qualidade de país com fronteira comum com Portugal. Além disso, ao utilizar uma variável dummy para estimar o efeito das línguas não é possível atender à proximidade etimológica existente entre a língua espanhola e a língua portuguesa. Por outro lado, a proximidade cultural não é tida em conta nesta análise o que poderia alterar este resultado.

Os países pertencem à UE contribuí positivamente para o crescimento das exportações portuguesas de serviços, pelo que fica demonstrado que a partilha do mercado e de regras e reguladores comuns (sendo que, em alguns casos existe também uma moeda comum) com um conjunto de países é proveitosa para Portugal ao permitir que este tipo de exportações cresça.

Fez-se ainda uma comparação entre estimações considerando a possibilidade de existência de efeitos aleatórios nos países uma vez que a amostra contém cinquenta e cinco mercados diferentes. A maior diferença registada refere-se à perda de significância do IDPE. Porém, ao testar a existência de correlação entre os efeitos e os regressores conclui-se que considerar este tipo de efeitos individuais não é a forma mais adequada para estimar o modelo em estudo.

Numa conjuntura de contracção da economia como a actual, as exportações são vistas como o motor do crescimento nacional em detrimento do consumo e do investimento. Aliás, todos os esforços institucionais, incluindo a representação oficial portuguesa no estrangeiro, estão canalizados para o fomento do sector exportador de bens e serviços. Esta aposta poder-se-á traduzir, nos próximos anos, num forte impulso das exportações de serviços e no aumento continuado da sua importância no PIB o que poderá traduzir-se num efeito de bloqueio a uma contracção económica ainda mais severa em Portugal.

O estudo efectuado poderá vir a ser aprofundado pela inclusão de variáveis adicionais no modelo apresentado como, por exemplo, as taxas de câmbio, de forma a estudar o efeito do factor cambial que influencia o comércio internacional em geral.

Talvez se possa revestir de interesse estudar a importância de uma aposta na formação em línguas estrangeiras mais distantes etimologicamente do português mas que são faladas em mercados de grande dimensão como é o caso do alemão, do russo ou do mandarim, no sentido de proporcionar condições para uma maior diversificação dos mercados de destino das exportações de serviços.

Os principais entraves ao comércio internacional de serviços encontram-se ao nível das legislações nacionais pelo que se poderia analisar as diferentes formas que estes assumem desde barreiras à entrada de empresas estrangeiras e à entrada de capital estrangeiro ou ainda barreiras tributárias e à circulação de trabalhadores e averiguar a sua influência no sector exportador de serviços português. Em especial no que respeita aos obstáculos à mobilidade do factor trabalho, em que o factor linguístico volta a assumir grande relevância, seria pertinente atender à questão da empregabilidade dos portugueses no estrangeiro, nomeadamente como prestadores de serviços tendo em conta, por um lado, o seu nível de formação e as suas qualificações e, por outro, o problema da assimetria de informação considerando não só a existência de obstáculos jurídicos e administrativos mas também de barreiras culturais e de comportamento.

FONTES

- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
Disponível em: www.portugalglobal.pt/
- Banco de Portugal, Estatísticas da Balança de Pagamentos (BPStat) (2011)
Disponível em: www.bportugal.pt/
- Banco de Portugal, Contas Nacionais Anuais a preços correntes (BPStat) (2011)
Disponível em: www.bportugal.pt/
- Centre d'Etudes Prospectives et D'Informations Internationales, The GeoDist database (2011)
Disponível em: www.cepii.fr/
- CIA, The World Factbook (2012)
Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>
- Eviews 6 User's Guide I e II
- Internacional Monetary Fund, World Economic Outlook Database (Abril 2012)
Disponível em: <http://www.imf.org/external/ns/cs.aspx?id=28>
- Internacional Monetary Fund, Exchange Rate Archives by Month (2012)
Disponível em: http://www.imf.org/external/np/fin/data/param_rms_mth.aspx
- Instituto Nacional de Estatística, Aprendizagem ao Longo da Vida Inquérito à Educação e Formação de Adultos – 2007
Disponível em: www.ine.pt/
- União Europeia, Directiva 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Dezembro de 2006 relativa aos serviços no mercado interno, Jornal Oficial da União Europeia
Disponível em: http://ec.europa.eu/internal_market/services/services-dir/guides_en.htm
- United Nations Conference on Trade and Development, UNCTADStat (2012)
Disponível em: <http://unctad.org/en/Pages/Statistics.aspx>
- World Trade Organization, "General Agreement on Trade in Services"
Disponível em: http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2011_e/its11_toc_e.htm
- World Trade Organization, "WTO International Trade Statistics 2011"
Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/serv_e.htm

BIBLIOGRAFIA

- Africano, Ana Paula e Manuela Magalhães (2005), “FDI and Trade in Portugal”, *FEP Working Paper* (Online), 174
Disponível em:
<http://www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/List%20of%20WPs%20by%20Year.html>
- Amador, João e Sónia Cabral (2009), “O comércio internacional de serviços na economia portuguesa”, *Boletim Económico do Banco de Portugal - Outono 2009* (Online), 15 (3) pp. 229-249
Disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/BEAnteriores/Paginas/default.aspx?theme=2009>
- Balassa, B. (1965), “Trade liberalization and “revealed” comparative advantage”, *The Manchester School of Economic and Social Studies* 33(2), pp. 99–123.
- Bénassy-Quéré, Agnès, Cyrille Schwellnus e Deniz Ünal (2006), “International trade: services included”, *La Lettre du CEPII* (Online), 255
Disponível em: http://www.cepii.fr/anglaisgraph/publications/lettre/lettre_en_2006.asp
- Catarino, Jorge e Maria Arménia Claro (2009), “Os Serviços Transaccionáveis na Economia Portuguesa”, *Documento de Trabalho do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais* (Online), 10
Disponível em: <http://www.dpp.pt/pt/pesquisa/Paginas/DetailArticle.aspx?contentId=3079>
- Fourie, Johan e Dieter von Fintel (2009), “World Rankings of Comparative Advantage in Service Exports”, *Stellenbosch Economic Working Papers* (Online), 3
Disponível em: <http://www.ekon.sun.ac.za/wpapers>
- Gonzales, Frédéric, J. Bradford Jensen, Yunhee Kim e Hildegunn Kyvik Nordås (2012), *Globalisation of Services and Jobs* em, *Policy Priorities for International Trade and Jobs*, D. Lippoldt (ed.), OCDE
Disponível em: www.oecd.org/trade/icit
- Júlio, Paulo e Ricardo Pinheiro Alves (2011), “Exportações de Serviços na Década de 2000”, *Boletim Mensal da Economia Portuguesa* (Online), 3, pp. 49-54
Disponível em: <http://www.gpeari.min-financas.pt/analise-economica/publicacoes/boletim-mensal-de-economia-portuguesa>

- Kox, Henk, Arjan Lejour e Raymond Montizaan (2004), “The free movement of services within the EU”, *CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis Document* (Online), 69
Disponível em: http://www.cpb.nl/en/publicaties/?filters=-language%3Anl%20type%3Apublicatie%20ss_cck_field_typepublicatie%3A%22CPB%20Document%22&solrsort=sort_ss_cck_field_publicatiedatum%20desc
- Kox, Henk e Arjan Lejour (2005), “Regulatory heterogeneity as an obstacle for international services trade”, *CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis Document* (Online), 49
Disponível em: http://www.cpb.nl/en/publicaties/?filters=-language%3Anl%20type%3Apublicatie%20ss_cck_field_typepublicatie%3A%22CPB%20Document%22&solrsort=sort_ss_cck_field_publicatiedatum%20desc
- Kox, Henk, Roland de Bruijn e Lejour, Arjan (2006), “The trade-induced effects of the Services Directive and the country of origin principle”, *CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis Document* (Online) 108
Disponível em: http://www.cpb.nl/en/publicaties/?filters=-language%3Anl%20type%3Apublicatie%20ss_cck_field_typepublicatie%3A%22CPB%20Document%22&solrsort=sort_ss_cck_field_publicatiedatum%20desc
- Lipsey, Robert E. (2006), “Measuring International Trade in Services”, *NBER Working Papers*, 12271 em Marshall Reinsdorf e Matthew J. Slaughter (2009) (org.), *International Trade in Services and Intangibles in the Era of Globalization*, Chicago, University of Chicago Press
Disponível em: www.nber.org/papers/w12271
- Magalhães, Manuela e Ana Paula Africano (2007), “A Panel Analysis of the FDI Impact in International Trade”, *FEP Working Paper* (Online), 235
Disponível em:
<http://www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/List%20of%20WPs%20by%20Year.html>
- Mayer, Thierry e Soledad Zignago (2011) “Notes on CEPII’s distances measures: The GeoDist database”, *CEPII Working Paper* (Online), 25
Disponível em:
http://www.cepii.fr/francgraph/doctravail/resumes/wp_resume.asp?annee=2011&ref=25&NoDoc=3877
- OCDE (2003), “Service Providers on the Move – Labour Mobility and the WTO General Agreement on Trade in Services”, *Policy Brief* (Online)
Disponível em: www.oecd.org/dataoecd/23/13/8890089.pdf

- Sarmiento, Elsa de Moraes e Joaquim Reis (2011), “Evolução da Abertura ao Exterior da Economia Portuguesa”, *Boletim Mensal da Economia Portuguesa* (Online), 02/2011, pp. 49-60
Disponível em: <http://www.gpeari.min-financas.pt/analise-economica/publicacoes/boletim-mensal-de-economia-portuguesa>
- Schwellnus, Cyrille, “Services Directive: an Economic Analysis” (2006), *La Lettre du CEPII* (Online), 252
Disponível em: http://www.cepii.fr/anglaisgraph/publications/lettre/lettre_en_2006.asp
- Welsum, Desirée van e Xavier Reif (2006), “We Can Work it Out: The Globalization of ICT-Enabled Services”, *NBER Working Papers*, 12799 em Marshall Reinsdorf e Matthew J. Slaughter (2009) (org.), *International Trade in Services and Intangibles in the Era of Globalization*, Chicago, University of Chicago Press
Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w12799>